



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 30 - Nº 561 - DE 18 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 2018 - R\$ 4,00

## **Brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Pedro**

**Os responsáveis são  
a burguesia e seus  
governos**

**Somente um Tribunal Popular  
investigará e punirá os assassinos**

**Abaixo a intervenção militar no Rio de Janeiro!  
Pela organização de comitês de autodefesa da população oprimida**

**Não desviar o curso da luta  
Manter o combate das massas às reformas  
antinacionais e antipopulares da ditadura civil  
de Temer**

**REALIZADA A REUNIÃO DO COMITÊ DE ENLACE**

**Todo empenho na preparação da Conferência Internacional  
Todo esforço pela reconstrução do Partido Mundial da  
Revolução Socialista, a IV Internacional**

## Não desviar o caminho da luta

O assassinato da ativista dos direitos humanos, Marielle Franco, criou uma comoção nacional, mas será passageiro. Isso por que não há um movimento contra a intervenção militar no Rio de Janeiro e a ditadura civil de Temer. A comoção foi artificialmente criada pela imprensa monopolista e pelos organismos de direitos humanos adaptados ao capitalismo. A lição que fica é a de que a violência reacionária é consequência do capitalismo em decomposição. Somente o proletariado pode combatê-la por meio da violência revolucionária, ou seja, da sua organização armada contra os exploradores e opressores do povo. Amanhã, a morte da vereadora do PSOL cairá no esquecimento. A não ser que se combata por meio dos métodos da luta de classes a intervenção no Rio de Janeiro.

O que temos pela frente é a corrida eleitoral. Tudo indica que a retomada da crise política, motivada pela inclusão de Temer no processo sobre o decreto dos portos e autorização de quebra de seu sigilo bancário, não terá transcendência. O governo aproveitou muito bem o clima emocional que tomou conta do País com o assassinato da feminista Marielle para mostrar a justeza da intervenção militar e para enganar a população com a promessa de justiça.

O fundamental da situação política, porém, é a preparação de todos os partidos para as eleições de outubro. Há uma pedra no sapato da política burguesa que é a esperada prisão de Lula e a cassação de seus direitos políticos. Enquanto não se retirar essa pedra, a definição eleitoral continuará um tanto obscura. A imprensa monopolista exige do Supremo Tribunal uma rápida definição sobre o poder da 2ª instância de prender o ex-presidente. A maior probabilidade é a de que o caudilho do PT não escape do cárcere. Temer, a camarilha governamental e os partidos da frente golpista se organizam para as eleições, contando com essa possibilidade. Uma dezena de pré-candidaturas tem sido apresentada. A principal questão para os golpistas é a de não permitir o retorno do PT à presidência da República.

O PSOL não tem condições de enfrentar a corrida eleitoral. De forma que é quase certo que a esquerda nacional-reformista e democratizante não tenha força para modificar o quadro político constituído pós-golpe de Estado.

Certamente, paira como uma sombra de temor nas hostes da burguesia a comoção que poderia ser desencadeada pela prisão de Lula e a sua repercussão numa candidatura petista indicada pelo caudilho. Afastado esse risco, os partidos da frente golpista se sentirão mais confortáveis para lançarem candidatos próprios no primeiro turno e fazerem um arranjo no segundo. Montado o quadro eleitoral sem ameaça petista, as forças burguesas terão de conter a ofensiva da direita fascista, encarnada pelo candidato Bolsonaro. Isso por que não lhes parece conveniente e lhes parece prematuro entregar o poder do Estado a uma variante aventureira, nas condições da crise política pós-impeachment.

Qualquer que seja o curso tomado, o PT continuará exercendo influência política sobre os explorados. O PSOL continuará sendo tributário do petismo e seguirá seus passos. O PT, de um lado, continuará trabalhando para se potenciar como

oposição burguesa e o PSOL, de outro, pequeno-burguesa. É nessas condições que a vanguarda revolucionária caminhará na contracorrente, lutando pela independência política do proletariado e dos demais explorados. Mesmo nessas condições difíceis, terá de propagandear e agitar as reivindicações da maioria oprimida e o programa da revolução proletária.

A intervenção militar no Rio de Janeiro e a suspensão da votação da reforma da previdência resultaram numa mudança da situação política. Desarmou-se definitivamente o movimento operário e popular que combatia as reformas antinacionais e antipopulares, bem como a ditadura civil de Temer. O PT e a burocracia sindical respiraram aliviados diante da suspensão, considerando o fato como uma vitória dos trabalhadores. Na realidade, o PT já estava concentrado na defesa de Lula e nas eleições. O governo Temer e a frente partidária golpista chegaram ao acordo de que o momento era o de preparar as eleições.

A greve nacional dos correios não teve fôlego, devido ao revisionismo interno interburocrático e o isolamento externo. A greve dos municipais de São Paulo se projetou diante da brutal repressão. Milhares e milhares de professores e funcionários ganharam as ruas. Têm de romper o isolamento para derrotar a reforma da previdência do prefeito Doria. Outras greves vêm ocorrendo, como a dos professores estaduais de Minas Gerais, estaduais e municipais de Rondônia e de vigilantes no Rio Grande do Norte. Essa é a via pela qual os explorados se defendem contra as reformas antioperárias, as privatizações, os baixos salários e o desemprego.

Essas greves refletem o descontentamento geral dos trabalhadores, embora pareçam corporativas. Não se mostram como tal porque houve uma retração do movimento nacional contra as reformas de Temer. A burocracia sindical, como um todo, está voltada às eleições de outubro. Sequer esboçou qualquer reação à intervenção federal no Rio.

As novas condições políticas não alteram a necessidade objetiva da classe operária e demais explorados de se defenderem contra a aplicação da reforma trabalhista, a expansão da terceirização, a continuidade do desemprego massivo e as pressões dos capitalistas contra os salários. A retomada do crescimento econômico tem sido pífia. Nada indica que se abrirá um novo ciclo de crescimento, que expresse o avanço das forças produtivas. É bom assinalar a decisão do governo norte-americano de recrudescer a guerra comercial, sobretaxando o aço e o alumínio. Caso Trump vá em frente, o Brasil será um dos mais atingidos. O que comparecerá como um obstáculo à retomada econômica.

As eleições poderão e deverão incentivar as ilusões democráticas. Os partidos da burguesia e todo o aparato do Estado agirão no sentido de canalizar o descontentamento dos explorados para as urnas. Dificilmente, as massas permanecerão iludidas com as promessas eleitorais. A crise política permanecerá e os explorados se colocarão contra, imediatamente, o novo governo eleito. Trata-se de manter vivas as reivindicações e o combate às reformas antinacionais e antipulares da ditadura civil de Temer. O POR se apoia no método da ação direta e desenvolve a estratégia de poder do proletariado, que se sintetiza na luta por um governo operário e camponês.

# A classe operária diante da crise política

A virada política da ditadura civil de Temer, com a intervenção militar no Rio de Janeiro e a suspensão da votação da reforma da previdência, não serviu para aplacar a crise interburguesa. O governo, agora, está diante do processo eleitoral. A frente partidária, que levou ao golpe de Estado, vem se dilacerando em torno do lançamento de candidaturas à presidência da República. O fato do DEM ter sido beneficiado pelo impeachment de Dilma Rousseff se ergueu como um fator da crise política, colocando-o como um dos protagonistas da disputa eleitoral. O lançamento da pré-candidatura de Rodrigo Maia desguarneceu Temer na Câmara de Deputados.

As dificuldades de levar à votação a reforma da previdência expressaram a decomposição da frente burguesa golpista. O Congresso Nacional permitiu ao governo impor a Lei do Teto, a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista, mas faltou-lhe com o apoio à reforma da previdência. Permitiu, também, que Temer derrotasse a denúncia da Procuradoria-Geral da República. E, finalmente, aprovou o decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro. Em linhas gerais, o golpe possibilitou um ataque brutal a antigos direitos trabalhistas e fortalecer a presença dos militares no seio do governo.

A saída do País da recessão e a contenção das demissões em massa, bem como o controle inflacionário, deram sustentabilidade ao governo, que se viu constantemente abalado pelas denúncias da Operação Lava Jato. Certamente, o principal fator que evitou o aprofundamento da crise política e até mesmo da queda da ditadura civil foi a contenção da revolta dos explorados contra as reformas antinacionais e antipopulares pela burocracia sindical e pela política de oposição burguesa do PT.

No cômputo geral, nota-se o enorme peso que tem o PT no curso da governabilidade pós-impeachment e na permanência da crise política. Sofreu uma profunda derrota com a derubada de Dilma Rousseff. O pior, porém, foi a condenação de Lula e a cassação de seus direitos políticos. A reconstituição do PT como oposição burguesa ao governo golpista esteve e está limitada pela Operação Lava Jato. A única via do PT

romper a camisa de força da ação jurídico-policial era a de se apoiar inteiramente nas massas e dirigir a luta do proletariado contra a ditadura civil. As condições para isso estiveram dadas. É o que comprova a greve geral de 28 de abril, que, em seguida, foi desarmada pelas burocracias cutista, forcionista, cetebista, etc.

A demonstração de bom comportamento e de disposição de manter a política de conciliação de classes não evitou que as forças direitistas atingissem o caudilho Lula. As mobilizações petistas em torno da defesa da “democracia e de Lula” não fizeram senão convencer o aparato repressivo da burguesia de que o PT é um partido adaptado à ordem capitalista, servil e prostrado. O sentimento que predomina no PT é o de que Lula vai ser preso e a reação se limitará a recursos institucionais. A recomendação do próprio Lula é a de não ameaçar o poder judiciário e policial com ações radicalizadas. Como democrata, Lula está pronto para o cárcere. A aposta do PT, portanto, se concentra nas pressões sobre os ministros do Supremo Tribunal Federal. Aproveita os conflitos entre os poderes do Estado, que volta e meia se projetam politicamente, como no caso presente.

A decisão final de se a 2ª Instância pode decidir pela prisão imediata do condenado se converteu em uma disputa interna no poder judiciário, diante não só da iminência da prisão de Lula como de futuras prisões de altas personalidades da República, denunciadas pela Lava Jato. Considera-se a possibilidade de reverter a votação de 6 a 5, ocorrida no Supremo, que atribuiu à 2ª instância o poder de prender o condenado. Originariamente, a mudança veio no sentido de colocar o ex-presidente na cadeia sem que pudesse recorrer ao Supremo. Mas se vê que é dado um extraordinário poder a juízes de 2ª instância diante do rol de políticos da burguesia, denunciados por crime de corrupção, inclusive o presidente Michel Temer. Sem dúvida, a condenação e prisão de Lula é parte da crise política. Isso de um lado. De outro, a retomada de denúncias contra Temer e camarilha do MDB inflama o ambiente político marcado pela Operação Lava Jato.

***A saída do País da recessão e a contenção das demissões em massa, bem como o controle inflacionário, deram sustentabilidade ao governo, que se viu constantemente abalado pelas denúncias da Operação Lava Jato. Certamente, o principal fator que evitou o aprofundamento da crise política e até mesmo da queda da ditadura civil foi a contenção da revolta dos explorados contra as reformas antinacionais e antipopulares pela burocracia sindical e pela política de oposição burguesa do PT.***





O golpe de Estado previa disciplinar a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal quanto ao alcance de suas investigações e ações contra os partidos. Importantes mudanças foram feitas na direção dessas instituições, objetivando conter a crise política. A Operação Lava Jato foi desacelerada, mas não desarmada. O volume de informações sobre governos, parlamentares, lideranças partidárias e empresários não permitiu à ditadura civil de Temer manter a seletividade em torno do PT. O fundamental, porém, está em que por trás desse processo está o imperialismo e interesses particulares de monopólios.

Temer respirou aliviado com a decisão da Câmara de Deputados de não aceitar as denúncias do procurador Rodrigo Janot. Agora, se vê novamente acossado pela Lava Jato. O ministro do STF, Edson Fachin, a pedido da Procuradora Raquel Dodge, incluiu Temer no inquérito que investiga o recebimento de propinas no caso do Decreto dos Portos. Em seguida, o ministro Luís Roberto Barroso autorizou a quebra do sigilo bancário de Temer, a pedido do delegado Cleyber Malta. Tudo indica que esse novo episódio não comprometerá a finalização do mandato transitório de Temer. Os setores golpistas mais vinculados ao governo consideram uma afronta à Constituição, que impede responsabilizar o presidente da República por atos praticados anteriores ao cargo.

Verifica-se, portanto, que há uma disputa interna nesses aparatos do Estado. Disputa essa que tem levado a uma guerrilha entre ministros do judiciário, governo e parlamento. Esses últimos acontecimentos envolvendo Temer e a cúpula do MDB desviou a atenção da intervenção militar em andamento no Rio de Janeiro.

Notamos que a iminência da prisão de Lula, a inclusão de Temer no inquérito dos portos e o pedido de quebra de seu sigilo bancário são partes distintas da mesma crise. O mais provável é que as definições eleitorais passem a condicionar os

próximos passos da crise política. O PT, a burocracia sindical e mesmo a esquerda eleitoral se guiam, em grande medida, pelos conflitos interburgueses no seio do Estado. Já puseram de lado as reivindicações que impulsionaram a luta dos explorados contra o governo e passaram de malas e bagagens para as disputas eleitorais.

A tarefa dos próximos meses é a de rechaçar o eleitoralismo, manter no alto as reivindicações dos explorados e organizar os movimentos que expressem as necessidades da maioria nacional oprimida. O fim oficial da recessão não modifica substancialmente a situação de desemprego, subemprego, pobreza e miséria das massas. A crise dos estados e municípios põe de relevo as precárias condições da saúde e da educação. É sintomática a greve nacional dos correios e a repressão ao protesto dos professores municipais de São Paulo na Câmara de Vereadores. Ambas as greves respondem aos ataques da burguesia às condições de existência dos assalariados. O governo tem feito uma campanha por todos os meios para jogar a população contra os trabalhadores dos correios. Os municipais de São Paulo, por sua vez, enfrentam a reforma da previdência de Doria. É necessário unificar esses movimentos em uma só força e quebrar o isolamento imposto pela burocracia sindical. Esse é o caminho contrário ao das ilusões eleitorais e da política de conciliação de classes. Os explorados e sua vanguarda não devem se subordinar aos passos da crise política e dos atritos interburgueses.

É necessário manter-se no campo de independência de classe, lutando contra a aplicação da reforma trabalhista, da terceirização e contra a retomada da reforma da previdência. É preciso potenciar a bandeira de **“Fora a intervenção militar no Rio de Janeiro”** e **“Abaixo da ditadura civil de Temer”**. A estratégia revolucionária que nos guia é a da luta por um governo operário e camponês, produto da revolução proletária.

## A fórmula do Banco Mundial para “salvar” jovens brasileiros

De vez em quando, o Banco Mundial produz um relatório para orientar a política econômica de governos dos países semicoloniais. Desta vez, os seus técnicos parecem condoídos com 11 milhões de jovens brasileiros sem emprego e sem escola. Isso em um universo de cerca de 25 milhões de pessoas entre 19 e 25 anos que sobrevivem do subemprego. Baseado nesse número estarrecedor, os especialistas do Banco Mundial apresentaram um diagnóstico de supostas causas e soluções. Prometem superar a trágica situação dos milhões de jovens brasileiros caso o País aplique suas fórmulas e diretrizes.

Destacam-se dois aspectos do diagnóstico. De um lado, a economia brasileira é muito fechada e pouco integrada à economia mundial. De outro, o valor do salário mínimo prejudica o ingresso de jovens ao trabalho. Entre esses dois aspectos, estariam os subsídios, os incentivos fiscais e a proteção a determinados grupos econômicos. O que prejudicariam a concorrência e a produtividade. Certamente, não poderia faltar o batido argumento de que é preciso uma “educação de qualidade”,

que prepararia os jovens para o mercado de trabalho.

Tendo em mãos esse diagnóstico, as conclusões são automáticas. Seria preciso abrir a economia para os investimentos estrangeiros e para as importações. Os especialistas do Banco Mundial prometem que haveria também um aumento das exportações e o interesse dos empresários em melhorar a capacidade produtiva da economia. O que criaria novos empregos, compensando a perda de empregos nos setores mais arcaicos.

Rita Almeida, que compõe o grupo de economistas do Banco Mundial responsável pelo relatório “Competência e Empregos: uma agenda para a juventude”, explica que “o salário mínimo mais alto afeta principalmente os jovens”. Usa um estudo internacional que conclui: “para cada 10% de aumento do salário mínimo, o emprego para jovens recua 3,8%”. Assim, o relatório propõe que o governo brasileiro crie um piso salarial menor, voltado aos jovens que têm o seu primeiro emprego. Seria preciso, ao mesmo tempo, acabar com o reajuste do salário mínimo que se colocasse acima da produtividade da economia.

Os carrascos do Banco Mundial chegam ao ponto de recomendar a redução do valor das parcelas do seguro-desemprego, para assim obrigar os desempregados a procurarem postos de trabalho. A mente criadora desses economistas a serviço do imperialismo é tão fértil que propõem que o seguro-desemprego seja acessado somente quando o desempregado sacar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Para isso, o trabalhador desempregado somente poderia recorrer a parcelas do Fundo, sendo, portanto, proibido de retirar de uma vez só o saldo de sua conta. Não bastando essas violentas recomendações, o Banco Mundial quer que se acabe com o abono salarial, um direito que assiste ao trabalhador.

Não temos dúvida de que esses pressupostos, que servem tão somente aos interesses do capital monopolista e financeiro, serão perseguidos pelos governos brasileiros. As reformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio, bem como a Lei da Terceirização, são passos que levarão a outros como os apresentados pelo Banco Mundial. Tais medidas não criarão milhões de postos de trabalho necessários à absorção do gigantesco excedente de mão-de-obra. A criação de um piso salarial menor que o salário mínimo de fome vigente tão somente auxiliará os capitalistas a aumentarem a taxa de exploração da força de trabalho. A contenção do reajuste do salário mínimo, por sua vez, promoverá uma redução geral nos salários, que já são baixos e responsáveis pela pobreza e miséria das massas. A modificação do seguro-desemprego e no direito de saque do FGTS protege os capitalistas e o Estado burguês, responsáveis pelas demissões em massa e pelo aumento do exército de desempregados.

A orientação do relatório para que se abra a economia brasileira tem a função de favorecer os monopólios internacionais que se batem com a crise de superprodução, estreitamento do mercado e agudização da guerra comercial. Não por acaso, bem no momento em que o Banco Mundial faz essas recomendações, o governo Trump decide aumentar as tarifas de importação de aço e alumínio, numa clara ação protecionista. A tendência predominante é a da ampliação da guerra comercial e disputas pelos mercados que ainda têm um potencial favorável à penetração do imperialismo. É falso que a economia brasileira de conjunto ganharia em produtividade, caso abrisse ainda mais suas fronteiras nacionais. O desemprego e o subemprego continuarão a marcar profundamente a economia e a vida social do País.

Há muito vem se fechando o horizonte para a juventude, que não encontra trabalho e que, quando encontra, recebe um salário muito aquém de suas necessidades e que, por ter de arcar com uma dura jornada, é arrancada da escola. A jovem força de trabalho está obrigada a pagar com pobreza, miséria, criminalidade e repressão policial pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. A pagar pela tendência econômica da burguesia de reduzir o valor da força de trabalho, portanto, dos salários, em nível mundial. A pagar pelas inovações tecnológicas, que ampliam o desemprego em toda a parte. A pagar pela guerra comercial travada pelas potências. Neste conjunto, se destaca uma particularidade do Brasil:

a juventude está obrigada a pagar pela histórica dívida pública, que se agigantou e que se tornou uma trava ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

As fórmulas do Banco Mundial são típicas da fase de decomposição do capitalismo e de recrudescimento da barbárie social. Somente o proletariado, organizado e em luta por seu programa, pode rechaçar e derrotar a ofensiva capitalista contra a vida da maioria oprimida e, em particular, da juventude explorada. Tra-

***Há muito vem se fechando o horizonte para a juventude, que não encontra trabalho e que, quando encontra, recebe um salário muito aquém de suas necessidades e que, por ter de arcar com uma dura jornada, é arrancada da escola. A jovem força de trabalho está obrigada a pagar com pobreza, miséria, criminalidade e repressão policial pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. A pagar pela tendência econômica da burguesia de reduzir o valor da força de trabalho, portanto, dos salários, em nível mundial. A pagar pelas inovações tecnológicas, que ampliam o desemprego em toda a parte. A pagar pela guerra comercial travada pelas potências.***

ta-se não só das reivindicações imediatas de defesa dos empregos e salários, mas também do programa socialista da revolução proletária.

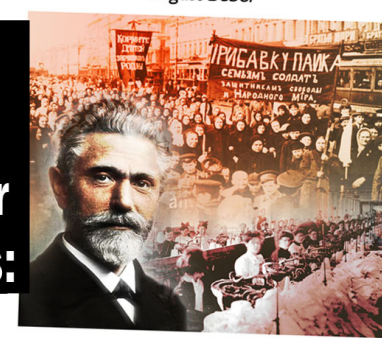
A juventude está obrigada, se pretende abrir um horizonte construtivo, a se organizar no campo da independência de classe contra todas as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais da burguesia. Está colocada a tarefa de pôr em pé o partido operário revolucionário, que encarna a revolução social e a estratégia da conquista do poder, da instituição de um governo operário e camponês e expropriação geral da grande propriedade privada dos meios de produção. Rechaçamos o bárbaro plano do Banco Mundial e nos colocamos por uma resposta operária e anti-imperialista.

R\$5



**O marxismo e as primeiras formulações sobre a Mulher**  
August Bebel

Adquira com o distribuidor de Massas:





**POR** | Partido Operário Revolucionário



**MASSAS**

# QUEM SÃO OS ASSASSINOS DE MARIELLE FRANCO?

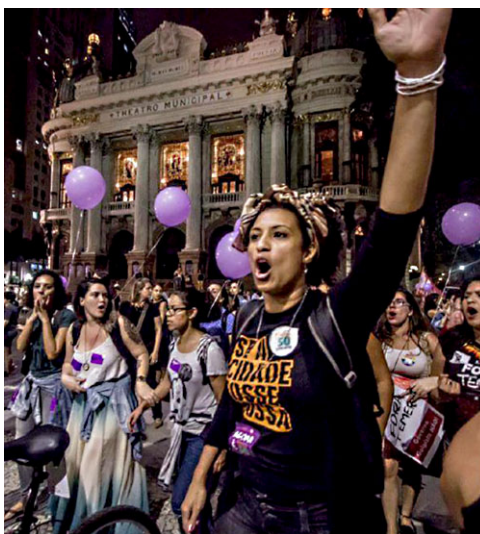
Marielle Franco, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, foi executada ontem, dia 14 de março. Seus assassinos desfecharam uma saraivada de balas, que atingiu Marielle e seu motorista, Anderson Pedro Gomes. Ambos morreram. Segundo informações, a militante do PSOL foi alvejada por cinco projéteis na cabeça, e seu motorista teve as costas crivadas de balas. Está absolutamente claro que se tratou de uma execução política.

Marielle atuava no campo dos direitos humanos. Ao lado do parlamentar Marcelo Freixo, também do PSOL, fez inúmeras denúncias sobre a violência policial contra pobres e, principalmente, negros das favelas do Rio de Janeiro. Ultimamente, denunciou a prepotência da polícia na região de Irajá, comunidade de Acari. Voltava de um encontro de “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na Lapa, quando um carro emparelhou ao seu e o metralhou.

O PSOL emitiu uma nota, exigindo imediata apuração e apresentação dos assassinos. O Partido Operário Revolucionário/POR compartilha dessa exigência. Sabemos, porém, que as balas que tiraram a vida de Marielle e Anderson Pedro vieram das armas da polícia ou das milícias a ela ligadas. Isso por que as denúncias se voltam à “violação dos direitos humanos”, que é promovida pelo aparato repressivo do Estado. Não é por acaso que a execução da vereadora se deu no momento em que o Rio de Janeiro se encontra sob a intervenção militar, decretada por Temer.

Não temos dúvida de que a ativista dos direitos humanos e do movimento negro foi vítima da barbárie que caracteriza o capitalismo em sua época de decomposição. O Rio de Janeiro é um dos estados mais importantes da federação. Está aí por que expressa mais claramente as contradições do capitalismo decadente. Em toda a parte, é preciso que se diga, campeiam soltas a pobreza e a miséria das massas. É nesse terreno que se gesta, prolifera e recrudescer a violência que mutila e destrói centenas de vidas diariamente. A guerra entre o narcotráfico e a polícia corrompida até os ossos é apenas um dos sintomas mais degradantes do capitalismo. Em última instância, todas as consequências mais perversas e trágicas envolvem e recaem sobre a população oprimida.

Marielle, certamente, expôs e denunciou os efeitos da ação policial e das milícias. Foi o suficiente para atingir os interesses das corporações ligadas ao crime, à repressão sobre a população e às discriminações raciais. É bem provável que a sua morte tenha sido um sinal, emitido pela polícia e pelas milícias, de



*(...) as balas que tiraram a vida de Marielle e Anderson Pedro vieram das armas da polícia ou das milícias a ela ligadas. Isso por que as denúncias se voltam à “violação dos direitos humanos”, que é promovida pelo aparato repressivo do Estado.*

que a guerra que se passa nas entranhas das favelas poderá ter seus reflexos nos meios políticos, principalmente de esquerda, que ousem desafiá-los. É bom lembrar que o reconhecido parlamentar e ex-candidato a governador do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, teve de se ocultar diante de ameaças.

A putrefação do estado do Rio de Janeiro é o sintoma mais visível dos impasses do capitalismo no Brasil e a indicação de que a burguesia não pode superá-los. De forma que qualquer que seja o empecilho à burguesia narcotraficante e aos seus derivados tem de ser removido pela violência reacionária. É isso o que explica o bárbaro crime cometido contra a ativista dos direitos humanos Marielle. Não importa se esse movimento alcança apenas as consequências e alguns dos facínoras que se abrigam na sombra do Estado burguês. O que importa é que, para a burguesia ligada ao narcotráfico e contrabando, todo empecilho tem de ser removido a qualquer custo.

É bom não alimentar ilusões quanto à possibilidade de que se faça justiça. Mesmo que se coloquem os assassinos no cárcere por algum tempo, nada se alterará nas relações econômicas, políticas e sociais que levaram à destruição da vida de Marielle e Anderson Pedro. É preciso tomar suas mortes como motivos para combater o capitalismo em decomposição desde suas raízes. Esse assassinato é apenas mais um, que se distingue por ser um crime político contra uma militante do PSOL.

O Partido Operário Revolucionário toma o assassinato de Marielle como um motivo que reforça sua convicção na revolução proletária. Não há como reformar o capitalismo. Não como erradicar a violência reacionária pela via do parlamento e das demais instituições do Estado burguês. Não há como democratizar os aparatos repressivos, nem limpá-los da corrupção. Não há como sequer amenizar as discriminações contra os pobres, miseráveis, negros, mulheres, homossexuais, etc. A burguesia não tem como seguir os preceitos dos direitos humanos, que ela mesma instituiu. Temos absoluta certeza de que a morte da ativista Marielle servirá à causa dos explorados e oprimidos, caso lutemos com nossas próprias forças para pôr abaixo o capitalismo, expropriar a burguesia, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e construir o socialismo.

***Vinguemos o assassinato de Marielle e Anderson Pedro com as armas da classe operária!***

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**



## Surpreendente unanimidade

Imediatamente, os meios de comunicação deram o tom e o conteúdo de classe do trágico assassinato da ativista Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro. Era como se a morte da defensora dos direitos humanos, vereadora do PSOL, atingisse o sentimento geral de todas as classes sociais, do favelado, da classe média e da burguesia. Em uma só voz, clamaram justiça. Mostraram-se indignados com a ousadia dos matadores, cuja suspeita recai sobre a própria polícia e as milícias a ela ligadas. Elevaram às alturas a figura da mulher negra e favelada, que se engajou no movimento dos direitos humanos e que defendia do fim da violência e das discriminações raciais e sexuais.

Marielle foi exaltada como um caso especial de quem escapou do meio social completamente adverso, se sensibilizou com o trabalho da ONG Redes da Maré, passou a defender os indefesos e conseguiu a proeza de ser uma das vereadoras mais bem votadas do Rio de Janeiro. Cumprindo sua função parlamentar, continuou a denunciar a violência policial, a matança de jovens e as discriminações. Não se tratava de uma esquerdista, de uma revolucionária, mas de uma ativista que acreditava na possibilidade de melhorar as condições de existência dos favelados e alcançar a pacificação. Os meios de comunicação que a vangloriaram, certamente, não mencionaram que Marielle também fazia críticas ao capitalismo. A ideia que pairou foi a de que independente das diferenças políticas e ideológicas era necessário que se condenasse unanimemente o covarde e bárbaro assassinato.

É nesse ambiente que Temer lamenta o acontecido e envia seu ministro do recém-criado ministério da Segurança Pública, Raul Jungmann, ao Rio de Janeiro. O ministro montou uma tribuna de imprensa para prometer que o crime seria apurado e os assassinos punidos. Exaltou o motivo político de tal empenho: *“O assassinato foi uma tentativa de silenciar uma pessoa que vinha procurando defender as comunidades do Rio”*.

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, aproveitou o momento para mostrar sua profunda humanidade: *“Morre uma mulher. No caso de Marielle, morre um pouco de cada uma de nós. Fica viva a sua luta por justiça e igualdade...”*.

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, diz que sentiu profundamente a morte da vereadora, *“uma mulher admirável, guerreira e atuante, de liderança inequívoca, que tanto lutou contra as desigualdades e violência da qual acabou sendo vítima”*. O prefeito, Marcelo Crivella, ressaltou a *“honradez, bravura e espírito público...”*.

Rodrigo Maia, presidente da Câmara de Deputados e pré-candidato às eleições presidenciais, se colocou pela *“justiça para conter os autores dessa execução, paz para a sociedade carioca e brasileira”*.

Raquel Dodge, Procuradora Geral da República, prometeu integral apoio ao Ministério Público do Rio de Janeiro. Condenou o assassinato da *“vereadora que se notabilizou por ser*

*defensora de direitos humanos e por dar voz às vítimas de violência no estado”*.

Vimos que as mais altas autoridades da República se viram obrigadas a lamentar o ocorrido e a prometer justiça. O cinismo e a hipocrisia, como se nota, não têm limites. É como se não tivessem nenhuma responsabilidade pela polícia, pelas milícias, pelo narcotráfico e por toda sorte de criminalidade. Certamente, o fato da vereadora Marielle ser identificada como defensora dos direitos humanos permitiu que os canais da República disfarçassem seu vínculo com o assassinato. É preciso que se diga, sem temor, que os direitos humanos e a política que dele se desprende é uma criação da própria burguesia, que, no entanto, não pode praticá-los. Está aí por que a mais feroz potência que oprime os povos no mundo todo, que são os Estados Unidos, e a própria ONU, que por sua vez é uma caixa de ressonância do imperialismo, propagam os direitos humanos.

A ideia de que os defensores dos direitos humanos dão voz aos oprimidos e que os defendem por meio das denúncias e movimentos, que se organizem à margem da luta de classes, corresponde à tese e orientação política de que é possível humanizar o capitalismo sem destruí-lo. Os governos, até mesmo os mais conservadores, a exceção dos ultrarreacionários, admitem a política dos direitos humanos, segundo os preceitos da ONU.

O caso de Marielle, sem dúvida, ficará marcado como um exemplo de como o poder



***A burguesia não pode fechar os olhos diante do avanço em grande escala da mercantilização das drogas e da multiplicação de todo tipo de crime. Ocorre que só tem a oferecer a violência do Estado, que deve ser praticada pela polícia carcomida pela venalidade e delinquência. Marielle foi vítima dessa guerra sem solução no interior do capitalismo putrefato. É necessário chegar à essência do acontecimento e da lição.***

econômico, político e militar da burguesia se valeu da sua condição de ativista dos direitos humanos para fraudar a realidade e comparecer diante da maioria oprimida como fingidos, hipócritas e cínicos.

Da tribuna do Senado, a parlamentar Ana Amélia (PP) denunciou o assassinato como *“uma provocação porque neste momento o estado do Rio de Janeiro está sob uma intervenção federal”*. Na mesma linha de raciocínio, o senador Jorge Viana (PT) explicou: *“Foi uma ação ousada, desafiadora contra as instituições porque o estado do Rio está sob intervenção na área de Segurança”*. O parlamentar petista, em posterior entrevista, defendeu a unidade, por cima das diferenças, em torno da intervenção,

intervenção que deveria ser estendida a outros estados. Segundo informações, Marielle e seu partido se colocaram contra a intervenção.

O governo Temer aproveitou o ocorrido para justificar como um acerto a intervenção militar no Rio. Assim, taxou o assassinato da ativista de um atentado contra a “democracia e o Estado de direito”. É bem provável que a decisão de matar a vereadora do PSOL faça parte das respostas que o crime organizado dará à tentativa do governo de disciplinar e conter sua expansão.

A burguesia não pode fechar os olhos diante do avanço em grande escala da mercantilização das drogas e da multiplicação de todo tipo de crime. Ocorre que só tem a oferecer a violência do Estado, que deve ser praticada pela polícia car-

## Crime político de Marielle Franco

comida pela venalidade e delinquência.

Marielle foi vítima dessa guerra sem solução no interior do capitalismo putrefato. É necessário chegar à essência do acontecimento e da lição. A política de direitos humanos, de humanização e reforma do capitalismo é impotente. E se baseia em uma profunda distorção da realidade social, ocultando o caráter de classe da violência, que emana e expressa os interesses da classe capitalista.

O Partido Operário Revolucionário denuncia a hipocrisia e o cinismo do governo, das autoridades da República, dos meios de comunicação e da burguesia. Afirma que não haverá a justiça prometida. Somente a classe operária pode investigar e punir os verdadeiros responsáveis. Somente um Tribunal Popular pode punir os crimes de classe da burguesia.

## Natal

# ATO DE REPÚDIO

O ato contou com cerca de 800 pessoas. Iniciou em frente à sede do PSOL, com discursos, depois caminhou pelas ruas do Centro com palavras de ordem e falas, e finalizou na Praça Cívica. Estavam presentes PT, PSOL, PSTU, MST, Frente Brasil Popular, coletivos de mulheres, CSP-Conlutas, POR e outros.

As intervenções giraram em torno de manifestações de solidariedade e da denúncia do assassinato como uma execução diante das denúncias que Marielle vinha realizando, da apuração imediata, da necessidade de “transformar o luto em luta” e de que “não nos calaremos”. O PT fez uma relação da execução como sendo fruto da intervenção militar, que era fruto do golpe.

O PSTU denuncia Crivela, Pezão e Temer como os responsáveis pela execução de Marielle e Anderson e dos vários assassinatos que ocorrem diariamente, fruto da política que realiza de retirada de direitos. Concluiu exigindo a punição exemplar dos verdadeiros culpados, e pela organização da autodefesa para lutar contra as milícias, polícia e tráfico.

O POR interveio denunciando que esse assassinato era um atentado às organizações oriundas dos explorados e à liberdade de expressão, chamou a não ter ilusões nas instituições da burguesia, como a Polícia e Judiciário, as mesmas que acobertam e muitas vezes se aliam com o narcotráfico, as milícias e os bandos fascistas. Apontou a necessidade de conquistar o direito e organizar a autodefesa proletária diante das ameaças contra as organizações das massas e seus lutadores. Concluiu com “Abaixo à Intervenção Militar no RJ!”.

## Recife

# Ato de denúncia

Um ato contundente e emocionado foi realizado em Recife, no dia seguinte ao assassinato da vereadora do PSOL-RJ, Marielle Franco. A manifestação foi convocada pelo PSOL e entidades das quais a vereadora participava. O ponto inicial foi a Câmara dos Vereadores, onde muitos se concentraram para mostrar sua dor, indignação e solidariedade. O microfone foi aberto a quem quisesse expressar seu posicionamento. Partidos, sindicatos, movimentos, ativistas, coletivos, indivíduos não organizados, todos puderam se revezar no microfone.

O ato partiu em direção ao palácio do governo. No trajeto, a militância do POR também fez uma fala, denunciando que Marielle foi assassinada por sua militância política. Exigimos também justiça, mas apontamos que o máximo que o Estado burguês pode apontar é quem apertou o gatilho. Não chegará aos mandantes, aos que ordenaram a intervenção militar. Ressaltamos que nossa resposta tem que ser a luta unitária contra as reformas que matam pobres ao cortar recursos da saúde, ao precarizar o trabalho e ao inviabilizar as aposentadorias. Será necessário retomar a greve geral e derrubar este governo golpista. Mais do que isso, é necessário derrubar este sistema apodrecido, que só tem a oferecer miséria, opressão e morte.

**LANÇAMENTO ▶**

**R\$ 35**



**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:**

**100 anos da Revolução Russa**

**RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL**



## Municipais São Paulo

# Gigantesca manifestação responde à brutal repressão



Os trabalhadores em Educação do município de São Paulo, além de outros setores do funcionalismo, realizaram um ato/assembleia com cerca de 80 mil pessoas em frente à Câmara de Vereadores, no dia 15 de março. A manifestação multitudinária se deu em resposta ao horror promovido pela polícia militar e guarda civil metropolitana na tarde anterior. Na ocasião, uma concentração de ativistas dentro e fora da Câmara acompanhava a votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do PL 621/2016, da Reforma da Previdência, quando foi duramente reprimida com cassetetes, bombas de efeito moral e gás pimenta. A imagem de uma professora que teve o nariz quebrado, se esvaindo em sangue, percorreu o mundo. A indignação com tamanha selvageria se somou à mobilização contra o PL, que já era forte, atingindo mais de 90% da rede. No dia 15, o índice de paralisação beirou os 100%.

O dia 15 havia sido escolhido, na assembleia do dia 8 de março, em função de que estava marcada para essa data uma audiência pública na Câmara sobre o projeto. A Corrente Proletária na Educação vinha alertando para a necessidade dos trabalhadores confiarem em suas próprias forças e radicalizarem no método. Vinha analisando a situação passo a passo e indicando os riscos aos quais o movimento estava submetido. Um deles era o de desviar a luta para o Parlamento, com a bandeira de “não votação do PL”. Essa consigna estava condicionada ao calendário de votação da Câmara, apontando como método a “pressão” com vistas no “convencimento” dos vereadores.

O equívoco desta política estava justamente em depositar confiança nos vereadores. Estes votam de acordo com seus interesses corporativos e com a linha traçada pela cúpula dos partidos, profundamente comprometida com os interesses gerais da burguesia. Em oposição, a Corrente Proletária defendia não baixar a guarda, não poupar o Doria e lutar em ampla unidade dos explorados, com o método da ação direta pela retirada do projeto.

***A consigna “não votação do PL” está condicionada ao calendário da Câmara e à “pressão” para “convencer” os vereadores. Estes votam de acordo com seus interesses e com a linha traçada pela cúpula dos partidos. Em oposição, a Corrente Proletária defendia lutar em ampla unidade dos explorados, com o método da ação direta pela retirada do projeto.***

A repressão do dia 14, contudo, mudou o cenário. Não invalidou a linha política desenvolvida pela Corrente até então, mas a obrigava a responder ao problema da barbárie promovida pela polícia. Em que pese a decisão equivocada da direção majoritária do SINPEEM de manter por muito tempo as pessoas paradas do lado de fora, esperando e ouvindo a transmissão da audiência, logo que esta se encaminhou para o encerramento, a passeata começou o seu trajeto até a Av. Paulista, subindo pela Av. 23 de Maio, duas das mais importantes e movimentadas vias da cidade. Não foi possível à mídia silenciar totalmente em relação ao que estava acontecendo, embora tenha publicado as distorções usuais.

Durante a audiência, alguns vereadores governistas manifestaram uma certa disposição para alterar aspectos do PL, a exemplo do próprio relator, Caio Miranda (PSB), que defendeu “a retirada da alíquota suplementar de 5% para 144 mil servidores que recebem até o teto do INSS, equivalente a R\$ 5.645,80”. Trata-se de um bode expiatório, uma das possíveis armadilhas montadas para tentar convencer os trabalhadores a aceitar a instituição do regime de previdência complementar (SAMPAPREV), com um desconto menor no salário do que o previsto pela proposta original e só para uma fatia da categoria. O movimento precisa ficar alerta quanto a esse tipo de manobra e não desviar o combate da trilha em favor da retirada do PL. Nada de emendar o projeto que ataca os servidores!

A passeata concluiu o trajeto no vão do Masp, encontrando a manifestação de repúdio ao assassinato da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro. Durante a assembleia do SINPEEM, os trabalhadores puderam prestar a sua homenagem. A Corrente Proletária na Educação também pôde falar a esse respeito no carro de som, durante a passeata, defendendo: vingamos o assassinato de Marielle e Anderson Pedro com as armas da classe operária! Viva a greve do funcionalismo municipal de SP! Abaixo a repressão!

# Plenária da Corrente Proletária

*A Corrente Proletária realizou, no dia 11 de março, um encontro, que debateu dois pontos: a situação política e a greve dos municipais. O objetivo é retomar as plenárias regulares, objetivando a organização de simpatizantes em torno da política do POR. Essa primeira reunião ocorreu no momento em que se iniciava a greve e a Corrente Proletária estava intervindo junto às escolas e nas assembleias. Fruto dessa intervenção, foi elaborado um texto que foi debatido na reunião. Reproduzimos abaixo.*

## 1. Em que situação política se dá a greve dos municipais?

a) A situação política está marcada pela militarização da política burguesa e das relações sociais em um patamar não visto desde a ditadura militar. Fazem parte desse quadro a intervenção federal no Rio de Janeiro, a criação do Ministério da Segurança Pública, a reestruturação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a nomeação de um general para comandar o Ministério da Defesa. Trata-se do avanço da centralização autoritária. A burguesia é incapaz de conter o crescimento da pobreza e da miséria da população e passa a desenvolver e aplicar medidas autoritárias e ditatoriais. Essa tendência ganhou expressão com o golpe do impeachment e constituição da ditadura civil de Temer. A continuidade e o aprofundamento da crise econômica apontam para um acirramento da luta de classes, tornando previsível o recrudesimento da violência reacionária do Estado burguês.

b) Estão presentes na conjuntura também as novas denúncias contra Temer. O ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, autorizou a quebra de sigilo bancário do presidente no inquérito que apura pagamento de propina na edição de um decreto que beneficiou empresas do setor portuário. Como se vê, mesmo constituindo um governo de ditadura civil, que avançou à centralização autoritária, não foi dissipada a crise política atravessada pela disputa interburguesa. O presidente reagiu invocando o parágrafo 4º do artigo 86 da Constituição, indignado com o fato de ter sido o primeiro presidente a ter o sigilo quebrado em pleno exercício do mandato. Disse que colocaria os dados à disposição da imprensa. Diante disso, não faltaram vozes dos assessores para aconselhá-lo a não expor os extratos bancários, temerosos em relação à “exploração” dessas informações. Sem dúvida, entram aí também os cálculos eleitorais. A verdade é que soa como piada a autodeclaração de idoneidade por parte de uma das principais raposas da política oligárquica. A corrupção é a graxa da máquina estatal burguesa e não pode deixar de ser assim.

c) A suspensão da Reforma da Previdência amorteceu a pressão operária e popular sobre o governo. O governo usou como justificativa a intervenção federal no Rio de Janeiro, a qual impediria a realização de Emendas Constitucionais. Na verdade, a PEC 287/2016 somente não foi votada devido

às divergências internas na base do governo. Temer e sua camarilha governamental decidiram, assim, deixar em suspenso o projeto de Reforma da Previdência, podendo retomá-lo quando considerar conveniente, e explorar o problema da segurança pública e se dedicar às eleições. Enquanto isso, aposta na implementação sorrateira da reforma, através da ação dos governadores e prefeitos, como é o caso de João Doria/PSDB em São Paulo, com a SAMPAPREV. Temer não pode simplesmente abandonar o projeto, que é uma imposição do imperialismo. O governo está obrigado a resolver o problema da dívida pública atacando a vida das massas, garantindo a sangria do país semicolonial em proveito do capital financeiro.

d) Os explorados, por seu turno, vinham se mostrando dispostos a combater o governo golpista e suas medidas. O ponto alto dessa trajetória se deu com a greve geral de 28 de abril de 2017. As direções das centrais sindicais desarmaram esse movimento. Tratava-se, para a burocracia sindical, de contar com o fracasso do próprio governo, sem que fosse necessário recorrer à luta das massas. Vale lembrar que essa política de atrelamento ao calendário do Parlamento conduziu a uma derrota fragorosa em relação à Reforma Trabalhista. Em que pese esse malogro, a burocracia prossegue com a mesma política, alimentando a ilusão de que o governo não consegue reunir os 308 votos necessários para a aprovação. Usou o dia 19 de fevereiro para cantar vitória, ao invés de organizar a mobilização nacional pela retirada do projeto e revogação das medidas já aprovadas.

e) Num cenário como esse, favorável à denúncia das burocracias sindicais por sua traição e sua política de conciliação de classes, o que tem avançado, entretanto, é o eleitoralismo reformista e centrista. De um lado, o PT com a candidatura de Lula, mesmo após a condenação que o tornou inelegível; de outro, PSOL e PSTU também lançam seus candidatos. Guilherme Boulos

desponta como o nome do PSOL para a disputa presidencial, enquanto o PSTU aposta na operária sapateira Vera Lúcia. O caso de Boulos tem gerado protestos entre os próprios psolistas, dada a aproximação do líder sem-teto com o ex-presidente Lula. Já o PSTU apresentou o seu manifesto intitulado “Um chamado à rebelião”, no qual propõe “formar um polo, operário, popular, revolucionário e socialista”. O manifesto, apesar do discurso radical, segue negando a estratégia da revolução e ditadura proletárias. No centro da

***A situação política está marcada pela militarização da política burguesa e das relações sociais em um patamar não visto desde a ditadura militar. Fazem parte desse quadro a intervenção federal no Rio de Janeiro, a criação do Ministério da Segurança Pública, a reestruturação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a nomeação de um general para comandar o Ministério da Defesa. Trata-se do avanço da centralização autoritária.***



questão, porém, está o fato do eleitoralismo dessas correntes comparecer como fator de desvio dos explorados em relação ao campo das lutas, da ação direta. O caminho trilhado pelos trabalhadores até a greve geral do ano passado vai sendo abandonado de vez, em ritmo acelerado, em função da proximidade das eleições.

- f) A Corrente Proletária na Educação/POR responde a essa situação defendendo o programa da classe operária. Chama os explorados a rechaçarem a intervenção federal no RJ e combater a militarização da política. Contra a corrupção generalizada, é favorável a erguer os Tribunais Populares, para julgar e punir os crimes cometidos pela burguesia de conjunto. Defende pôr abaixo o governo de ditadura civil de Temer pela via da revolução proletária, para instaurar um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. Para isso, propõe às organizações de massa que assumam uma plataforma classista, partindo das reivindicações mais sentidas dos oprimidos, combinando a luta em defesa dos empregos, salários e condições de vida com o combate às reformas, em defesa dos direitos. Em particular a luta pela retirada do projeto de Reforma da Previdência, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. É necessário revogar todas as medidas antinacionais e anti-operárias, especialmente a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista. Chega de sacrificar a vida dos explorados para que os banqueiros sangrem o Tesouro Nacional, arrancando-lhe a brutal carga de juros que remunera a gigantesca dívida pública! Não ao pagamento da dívida pública! A Corrente Proletária intervém nos movimentos sob a bandeira “não abaixar a guarda!”. É a favor de formar os comitês de luta de frente única, que se convoquem as assembleias operárias e populares e que se retome a greve geral. Nenhum desvio da luta para o eleitoralismo! Nada de colocar o movimento a reboque do calendário do Parlamento! Os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças! Em defesa da independência de classe e do método da ação direta!

## 2. Sobre a greve dos trabalhadores da Educação municipal

- a) O PL 621/2016, que propõe instituir o regime de Previdência Complementar (SAMPAPREV), foi encaminhado à Câmara de Vereadores pelo governo petista de Haddad. Entre suas principais medidas, está o estabelecimento do teto igual ao do INSS, exigindo de quem queira receber acima deste valor uma contrapartida além da alíquota básica. Trata-se de um projeto conhecido pela categoria. Tanto que já foi derrotado em duas oportunidades pela luta grevista. No final de 2017, contudo, Doria resolveu recolocar a discussão mandando à Câmara um substitutivo que prevê aumentar a contribuição dos servidores da ativa de 11% para 14%, mais uma cobrança suplementar que, dependendo da faixa salarial, pode chegar a 5% (atingindo 19% ao todo). Para os aposentados, propõe manter a isenção para quem recebe até o valor de R\$ 5.645,80; os que recebem acima disso pa-

garão 14% em cima da diferença (hoje pagam 11%), mais 5% sobre o total dos vencimentos. A Corrente Proletária na Educação caracteriza a medida como um confisco salarial.

- b) A categoria logo compreendeu a necessidade de lutar contra o projeto. Nas reuniões de planejamento, no começo do ano, em várias escolas, se discutiu o calendário letivo levando em conta as possibilidades de reposição dos dias de greve. Ou seja, já contavam com a necessidade de recorrer à paralisação das atividades. Essa tendência grevista estava presente na primeira assembleia do ano, no dia 19 de fevereiro. A aprovação da greve nesta data só não foi possível por conta das direções do movimento (incluindo a maior parte

***A mobilização se encontra diante de dois fatores de risco: de um lado, o eleitoralismo das correntes; de outro, o desvio para o Parlamento. A Corrente Proletária defende que os trabalhadores devem confiar apenas em suas próprias forças, erguendo um movimento massivo e independente, recorrendo à greve ativa, em unidade com as comunidades e outros setores dos trabalhadores, realizando os bloqueios de avenida, ocupações, etc.***



das correntes da Unidade da Oposição), que fizeram defesa contrária à proposta de greve feita pela Corrente Proletária na Educação. A prova de que havia uma tendência grevista é que não houve um fato novo significativo nenhum entre o dia 19 e o 8 de março, quando a greve foi aprovada. A diferença foi só a defesa unânime no carro de som. Esse adiamento coloca o movimento em atraso, considerando que o governo, esse sim, não perdeu um segundo sequer em suas articulações para conseguir aprovar o projeto.

- c) A mobilização se encontra diante de dois fatores de risco: de um lado, o eleitoralismo das correntes; de outro, o desvio para o Parlamento. Cláudio Fonseca, presidente do SINPE-EM, é vereador da base governista, eleito pelo PPS. Tem alimentado a ilusão de que é possível obstruir o projeto na Comissão de Constituição e Justiça, da qual faz parte, além de ser possível “convencer” os vereadores a votarem contra o projeto. As correntes da Unidade da Oposição incorrem no mesmo erro de depositar esperanças no método da pressão parlamentar. A Corrente Proletária tem indicado outro caminho: defende que os trabalhadores devem confiar apenas em suas próprias forças, erguendo um movimento massivo e independente, recorrendo à greve ativa, em unidade com as comunidades e outros setores dos trabalhadores, realizando os bloqueios de avenida, ocupações, etc.
- d) Essas duas políticas opostas estiveram em confronto na última assembleia, quando Cláudio apresentou a proposta de



realizar o próximo ato, com assembleia, no dia 15, em frente à Câmara de Vereadores. O argumento utilizado foi a constatação formal de que é a Câmara quem deve apreciar o projeto. Por trás dessa justificativa, está o atrelamento do movimento ao calendário do Parlamento e a necessidade de Cláudio desviar o foco de seu aliado Doria. As correntes de oposição contribuíram com essa política defendendo-a e votando em favor da proposta da diretoria majoritária. A Corrente Proletária foi contra. Defendeu que se trata de uma política que vem de cima, do capital financeiro, e que era necessário combatê-la de conjunto, no terreno próprio dos explorados, que é a ação direta. Nada de baixar a guarda! Nenhum refresco para o prefeito Doria! Nada de desviar a luta para os joguetes da Câmara! Os vereadores se movimentam pelos interesses corporativos e pelas determinações desde cima, da cúpula dos partidos, no caso, dos partidos da base governista, atrelados ao grande capital. Nenhuma confiança nesses abutres da política burguesa! Chega de manobras burocráticas nas assembleias, em defesa da democracia operária!

- e) A assembleia do SINPEEM, no dia 8 de março, foi massiva. O mesmo não se pode dizer da assembleia da Apeoesp, no vão do Masp. Esta, estando esvaziada, não pôde ir além da aprovação do indicativo de antecipar a convocação da nova assembleia se o reajuste prometido de 7% não for aprovado

## Greve dos Professores Municipais - SP

na Alesp. Caso contrário, somente no dia 6 de abril, com o que chamou de “bota-fora” de Alckmin. Pior ainda foi a não unificação do SINPEEM e da Apeoesp na Avenida Paulista. Uma vergonha! Mesmo com todas as condições dadas para a unificação, as direções burocráticas fizeram o possível e o impossível para não constituir uma coluna unitária da Educação, junto com o movimento de mulheres. O SINPEEM chegou ao absurdo de manobrar o carro de som de tal maneira a abandonar milhares de trabalhadores confusos em frente à Câmara de Vereadores.

- f) Com isso, a greve dos municipais saiu isolada. Precisa trabalhar para reverter esse quadro e superar todos esses obstáculos. Para fortalecer a greve, depende de os comandos visitarem as escolas e ampliar o índice de paralisação. É preciso constituir os comitês de base, estabelecendo um vínculo com a população dos bairros operários e com os outros setores do funcionalismo, a exemplo da Saúde. É preciso levantar as bandeiras comuns, de defesa do emprego, dos salários, das condições de vida e de defesa dos direitos. É urgente a tarefa de pressionar as centrais sindicais e a CNTE no sentido de apoiarem a luta. Mas não o apoio formal. É preciso que as direções se empenhem em retomar o caminho da luta nacional unificada, começando por ligar as lutas em curso. Somente a unidade grevista poderá derrotar as medidas dos governos e da burguesia.

## Primeiro encontro do Conselho Estadual dos funcionários da Educação – AFUSE / SP

### Qual deve ser nossa tarefa?

O encontro iniciou com a “comemoração do dia da mulher”, destacando a luta histórica e dando ênfase às medidas jurídicas que os governos implementaram. Lei Maria da Penha, Lei do feminicídio, etc.

No segundo ponto, foi debatida a campanha salarial. A nova direção, (os mesmos da diretoria passada, só trocaram os cargos), diante do aumento diferenciado anunciado por Alckmin, se juntou ao restante do funcionalismo para pressionar os deputados pelo mesmo reajuste concedido aos professores, ao invés de 3,5%, 7% a todos. Certamente, procurou fazer o discurso de que os funcionários devem “prestar atenção e, nas próximas eleições, elegerem mais deputados” comprometido com os trabalhadores. Em relação aos 3,5%, a burocracia da Afuse se diz contra, mas reforça que “neste momento, não temos o que fazer, a não ser pressionar os deputados para que votem o projeto”. Ao contrário de organizar a luta para impor a reposição salarial, que é gigantesca, a burocracia do sindicato

retoma o velho discurso eleitoreiro. Ao contrário de preparar a resistência com os métodos próprios dos explorados, quer que o funcionário fique correndo atrás de deputados, ou se engaje na disputa interburguesa (eleitoral).

A Corrente Proletária interveio denunciando aos ataques de Alckmin e de Temer sobre o funcionalismo e demais explorados. Criticou a conduta da direção de aguardar até março para convocar uma reunião, quando as escolas estão cada vez mais precarizadas, mais terceirizada e com mais salas de aula fechadas. Enfatizou as transfereências compulsórias de funcionários e a imposição da privatização, por meio do CIS (Contrato de Impacto Social). Concluiu dizendo que a suspensão da reforma da previdência não implica cantar vitória. Ao contrário, implica fortalecer a luta unitária com os demais servidores e explorados para enterrar de vez esse brutal ataque de Temer. Como proposta, defendeu: 1) a convocação imediata de uma reunião dos Representantes de Unidades de

trabalho (Ruts), com uma finalidade de rejeitar a migalha de 3,5% e aprovar o verdadeiro índice de reposição salarial; e 2) aprovação de uma Assembleia Geral, como único instrumento para aprovar a pauta de reivindicações e o método para conquistá-la.

Como o Conselho de Representantes é constituído pela maioria de funcionários vinculados à burocracia do sindicato, a proposta da Corrente Proletária não foi aprovada. Cabe destacar que houve um bom número de votos de conselheiros.

Está aí por que é fundamental construir um movimento de oposição à burocracia da AFUSE. Sem ele, a direção continuará, cada vez mais, submetendo o sindicato à política eleitoral do PT. Os funcionários de escola necessitam de uma oposição classista, que combata a conciliação de classes e coloque o movimento e os sindicatos no terreno da independência política. Que tenha como tarefa a defesa das reivindicações e do método próprio dos explorados, que é a ação direta.

**Manifesto – 8 de março**

# **A emancipação da mulher será obra da revolução proletária**

Entra ano e sai ano, e as condições de opressão sobre a mulher não arrefecem. Entra governo e sai governo, e as mulheres continuam sendo discriminadas e sofrendo toda sorte de violência. São mais do que conhecidas e previstas as formas de discriminação e violência. No entanto, nenhuma das ações governamentais tem evitado, diminuído e muito menos indicado o caminho de sua extinção. É certo que temos visto o reconhecimento por parte de governos, de instituições estatais e organizações sociais de que é preciso proteger a mulher. Sobre essa base, se ergueram postulados e medidas reformistas, que abarcam desde a adoção de leis, medidas “sócio-protetivas” a ações culturais e educacionais.

Em várias partes do mundo, isso vem ocorrendo. Em particular, no Brasil, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio expressam esse movimento reformista. Não por acaso, a primeira institui a defesa geral da mulher; e a segunda, altera o código penal qualificando os crimes contra a mulher de hediondos. Foram duas contribuições dos governos petistas.

Tais leis atendem à avaliação de que a discriminação e a violência sobre a mulher se devem ao fato de estarem desprotegidas legalmente. A legislação específica sobre a mulher, assim, estaria garantindo-lhe direitos. O que impõe ao Estado e aos governantes assegurarem que tais direitos sejam cumpridos. Estariam, assim, resolvendo um dos principais problemas que afeta a vida social das mulheres, que são a superação da impunidade e da ausência de uma ação repressiva do Estado. Tendo preenchida essa lacuna, caberia aos governos reprimir os homens agressores. A justiça, a polícia e o cárcere seriam, portanto, os instrumentos de proteção à mulher.

No interior do próprio movimento reformista, se reconhece que não basta essa via. Seria preciso, também, educar homens e mulheres para a igualdade. A repressão coibiria a violência e concretizaria o princípio da punição. A educação levaria à consciência e a uma nova cultura da igualdade. A aplicação da lei Maria da Penha e do Feminicídio tem sofrido críticas dos setores reformistas no sentido de que deveriam ser políticas de Estado e não só de governos. Seria esse um dos motivos fundamentais de sua pouca aplicabilidade. A educação para igualdade, por sua vez, sequer chegou a fazer parte dos currículos escolares. Acredita-se que, com punição e educação, se colocaria fim ao “machismo” e se alcançaria a igualdade de “gênero”.

Essa formulação pressupõe resolver a opressão sobre a

---

***O combate consequente à opressão sobre a mulher tem por estratégia histórica a sua definitiva emancipação e conquista da completa igualdade. Não se trata simplesmente de melhorar as condições de existência das mulheres no seio do capitalismo, mas sim de libertá-las das condições históricas que criaram a distinção entre homens e mulheres, subordinando essas àqueles. Trata-se de transformar a revolta das mulheres contra a opressão em luta pelo fim do capitalismo, pela sua emancipação e total igualdade entre homens e mulheres.***

---

mulher no interior do capitalismo e com os meios do Estado burguês. Imagina-se a possibilidade de uma grande reforma social sem alterar as bases materiais e as relações de poder. De forma que se realizarão, progressivamente, alterações econômicas em favor das mulheres e culturais em relação aos homens. As mulheres se tornarão mais independentes e os homens mais conscientes da igualdade. No lugar do conflito diário, ocupariam a colaboração e a parceria.

Nota-se que a tese reformista sobre a opressão da mulher parte da suposição de que se desenvolve no seio da sociedade a luta entre homens e mulheres. Decorre daí a explicação do poder do macho, do qual emana a violência sobre a mulher. O adjetivo que corresponde a essa relação de dominação é o de “machismo”. Para indicar o tipo particular de opressão e de violência, a academia criou o conceito de “gênero”. “Machismo” e “gênero” guiam o movimento reformista, que desemboca nas fórmulas de prevenção, punição, cárcere e educação.

A luta das mulheres por esse “programa” permitiria abrir caminho nos postos de comando exercidos pelos homens. Haveria um processo de “empoderamento” das mulheres em todas as esferas sociais. É nesse sentido que se concebe a tal da política de cotas. Acredita-se que, assim, passo a passo, as mulheres passarão a decidir na política, economia, cultura, educação e família. Esse evolucionismo levará ao fim do “machismo” e à igualdade de “gênero”. A via do “empoderamento” político é o das eleições, da atuação parlamentar, governamental e administrativa. No momento em que as mulheres ganharem espaço na política e na economia, estarão avançando em direção à sua emancipação. Uma das conquistas de base é de convencer os homens a agirem como “parceiros” domésticos.

É compreensível que esse movimento feminista não só rejeite a tese marxista de que a opressão da mulher é opressão de classe como o combate. De fato, o feminismo de “gênero” e antimachista foi engendrado nas entranhas do reformismo burguês e pequeno-burguês em oposição ao movimento revolucionário do proletariado pela emancipação da mulher. É inegável que esse movimento tem obtido concessões do Estado, como é o caso da Lei da Maria da Penha, bem como mecanismos jurídicos policiais de proteção às vítimas. Mas também é inegável que a discriminação e a violência não cederam, ao contrário, continuam crescendo. É conveniente à burguesia conceder aquilo que não toca nas causas fundamentais da opressão

# 4 Movimentos

sobre a mulher. Inclusive é econômica e politicamente conveniente ceder espaço a parcelas das massas femininas da classe média. A ascensão dessa camada tão somente dá a aparência de que as mulheres ganham terreno contra a discriminação. As massas femininas proletárias não tiveram e não terão a mesma sorte. É sobre elas que recai o maior peso da opressão.

A discriminação e a violência recrudescem entre as mulheres pobres e miseráveis. Ressalta ainda mais as terríveis condições das mulheres pobres e negras. Precisamente, é o caso dessas mulheres que mais evidencia a raiz de classe da opressão sobre a mulher. É possível identificá-la também no caso das mulheres pertencentes à classe média. Mas está mais encoberta. Pelo fato de, nesta camada social, a raiz de classe e as condições materiais e sociais serem menos visíveis é que serve às teses reformistas. É completamente impraticável diante das mulheres proletárias.

O capitalismo não comporta o fim da discriminação salarial e da dupla jornada de trabalho. Não comporta garantir a completa proteção da maternidade e o ingresso de todas as mulheres na produção social. Não comporta o direito ao aborto e as condições médicas-hospitalares sob a incumbência do Estado. Bastam esses cinco aspectos, que refletem a opressão sobre as mulheres proletárias, para ver que não houve nenhuma reforma no capitalismo voltada a solucionar tal carga discriminadora. O movimento de gênero, antimachista, culturalista e de empoderamento passa longe dessas reivindicações e tarefas. Enquanto a classe operária não tomar em suas mãos a luta contra a discriminação e a violência que infelicitam as mulheres não haverá conquista real e garantia de sua aplicação.

As reivindicações particulares à situação da mulher surgem das condições gerais da exploração do trabalho, das relações de produção capitalistas e da estrutura social da família. Está aí por que somente serão impostas à burguesia por meio da luta de classes. Essa conclusão exige que o programa de defesa das mulheres oprimidas faça parte do programa geral da revolução proletária. É ilusória a posição de que o capitalismo, em sua fase de decomposição, possa atender às reivindicações

## Manifestações do 8 de março

das massas femininas e possibilitar a igualdade entre homens e mulheres. A defesa de qualquer que seja a reivindicação, inevitavelmente, se choca com as necessidades da burguesia de recrudescer a exploração do trabalho. É devido a essa situação objetiva que a luta contra a discriminação e a violência sobre a mulher se transforma em luta pela derrubada da burguesia do poder e transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

O combate consequente à opressão sobre a mulher tem por estratégia histórica a sua definitiva emancipação e conquista da completa igualdade. Não se trata simplesmente de melhorar as condições de existência das mulheres no seio do capitalismo, mas sim de libertá-la das condições históricas que criaram a distinção entre homens e mulheres, subordinando essas àquelas. Não foi a sociedade capitalista que impôs a inferioridade da mulher. Sua semente se encontra no alvorecer da primeira sociedade de classes, que foi a escravista. Coube ao capitalismo continuar a opressão originária sob novas formas. Em cada sociedade e época, a submissão da mulher reflete as particularidades da exploração do trabalho e constituição da família.

Apesar das grandes transformações ocorridas no capitalismo, a opressão sobre as mulheres não apenas não cessou como se agravou. É sintomático que a ditadura civil de Temer tenha introduzido na reforma da previdência uma alteração no critério que distingue a situação da mulher quanto à idade para alcançar a aposentadoria. Aí está o pressuposto de que a burguesia não reconhece a dupla jornada, embora no passado tenha admitido a distinção como critério de aposentadoria. A reforma trabalhista, por sua vez, atinge frontalmente a mulher trabalhadora. A terceirização, o trabalho intermitente e a exposição de gestantes a trabalhos insalubres mostram que a burguesia não só não se dispõe a fazer reformas em favor das mulheres como retrocede as condições já existentes. É preciso ter claro que tanto o ataque da previdência quanto o da reforma trabalhista atinge de conjunto homens e mulheres que vivem da força de trabalho.

A ultralimitada permissão ao aborto, portanto em casos especificamente determinados, está ameaçada pela PEC 181, que, em nome do “direito à vida desde a concepção”, restringe ainda mais a possibilidade de aborto. As igrejas continuam a ditar sua criminalização. O obscurantismo religioso se converte em força material contrária aos direitos da mulher e à sua emancipação. A sua profunda penetração na família é um fator de grande importância na manutenção da escravização da mulher no lar, de sua subordinação ao homem como chefe de família (herança do patriarcalismo). Não há como romper a camisa de força do obscurantismo sem que a classe operária avance sua luta contra a exploração capitalista em todos os aspectos e conquiste posições que o permitam combater sob a estratégia da revolução social.

Enquanto a questão da mulher permanecer fechada no âmbito da classe média e enquanto estiver sob a política do reformismo, as mulheres proletárias não terão como imprimir o caráter de classe da luta contra a discriminação e violência. De um lado, temos a trava do sindicalismo burocrático e do domínio da política de colaboração de classes. O que dificulta, em grande medida, homens e mulheres proletários se unirem em um só movimento, empunhando as bandeiras contrárias à

**R\$5**

**A mulher na luta revolucionária pelo socialismo**

Vladimir Ilich Lênin

**Adquira com o distribuidor de Massas:**

**POR** Partido Operário Revolucionário

**MASSAS**



discriminação e à violência. De outro, a ausência de um poderoso partido revolucionário impossibilita transformar a revolta das mulheres contra a opressão em luta pelo fim do capitalismo, pela sua emancipação e total igualdade entre homens e mulheres. Esses dois fatores dificultam enormemente a tarefa política e programática de superar a falácia pequeno-burguesa e burguesa de que a emancipação da mulher virá da luta contra os homens opressores, e não contra a burguesia opressora. Dificultam livrar o movimento de classe média dos prejuízos que trazem a pseudoteoria do “gênero” e do “machismo”. É extremamente prejudicial e perigoso para o objetivo da emancipação da mulher a substituição da luta de classes pela luta das mulheres contra os homens.

Neste dia 8 de março, estaremos novamente diante desse problema. As bandeiras de “Basta de machismo”, “democracia”, “soberania” e “direitos” serão utilizadas como parte da preparação das disputas eleitorais. A mulher operária, infelizmente, não estará presente e muito menos suas necessidades e reivindicações. Nesse 8 de março, as manifestações não contarão com uma direção proletária e revolucionária. A vanguarda

marxista-leninista-trotskista, na contramão, ergue a bandeira: ***A emancipação da mulher será obra da revolução proletária.*** Defende que o fim da discriminação e da violência contra a mulher se dará por meio da luta de classes, do método da ação direta e da organização independente do proletariado. Afirma que as reivindicações mais elementares de proteção às mulheres devem fazer parte do programa socialista de destruição do capitalismo. Coloca como tarefa a revogação da reforma trabalhista, o enterro da reforma da previdência e a luta pelo emprego e salário. Levanta a consigna do Manifesto do Partido Comunista de que a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária. Os milhões de mulheres exploradas e oprimidas devem empunhar com os milhões de homens explorados e oprimidos a mesma bandeira: a emancipação da classe operária e de todos os oprimidos do jugo capitalista será a emancipação de todas as mulheres.

***Viva o dia Internacional da Mulher!  
Pelo fim de toda discriminação e violência!  
Lutemos pela emancipação e igualdade da  
mulher!***

## **8 de março em Recife**

Cerca de sete mil de manifestantes, sobretudo mulheres, se concentraram no parque 13 de maio, desde o início da tarde. O mote foi: “Pela Vida das Mulheres, Nenhum Direito a Menos”.

Primeiro, ocorreram rodas de debate sobre dez temas como aborto, participação de mulheres na política, racismo, violência contra as mulheres e a luta contra as reformas de Temer. Na concentração, o microfone foi aberto democraticamente ao público, momento em que fizemos uma fala com a posição do POR sobre a opressão sobre a mulher, a raiz na propriedade privada e a impotência do enfrentamento pela via da punição/educação. Foi feito o chamado à continuidade da luta contra as reformas e à luta revolucionária para acabar com as bases da opressão sobre a mulher.

Depois, seguimos em marcha. Somaram-se vários partidos

(PSOL, PT, PCdoB, PSTU, Unidade Popular, PCB), coletivos de mulheres, sindicatos, movimentos sociais (MST, MTST) e ONGs. A direção do ato foi hegemonizada pela perspectiva feminista, desde a organização que problematizava a participação de entidades mistas, como se a construção devesse ser apenas das setoriais e coletivos de mulheres de cada organização.

Ao longo da marcha, estas entidades exclusivamente femininas, mesmo que dentro de partidos e sindicatos, fizeram falas e houve intervenções artísticas. As palavras de ordem chamavam ao combate do machismo, racismo e capitalismo e igualavam feminismo e revolução.

Além da fala na concentração, o POR esteve presente com sua banca de materiais, manifesto, bandeira e faixa, com os dizeres “Pela libertação da mulher!” Abaixo o capitalismo!”.

### **Rondônia**

## **Marcha de 8 de março**

O dia 8 de março, que deveria ser de manifestação em defesa dos direitos das mulheres exploradas e oprimidas, esteve sob as bandeiras de “Fora Temer”, “Eleição sem Lula é fraude” e contra o “machismo”. Na capital, a marcha reuniu centenas de manifestantes. Contou com caravanas de representantes da Via Campesina, do Movimento dos Atingidos por Barragens, Frente Brasil Popular, com estudantes, bancários e com professores estaduais e municipais, estes em greve desde o final de fevereiro.

A manifestação percorreu as principais ruas e se dirigiu à Prefeitura e ao palácio do Governo do estado. As intervenções, na sua maioria, eram de denúncias à violência sofrida pelas mulheres e de exigência de políticas públicas. Denunciaram, também, a reforma da previdência como um violento ataque,

particularmente sobre as mulheres. Não faltaram vozes em defesa da democracia e da necessidade do protagonismo das mulheres na política. Certamente, o caminho indicado era e é o das eleições de outubro. A bandeira reformista de um “Brasil democrático, soberano e livre das opressões capitalistas, sexistas e reformistas” fez parte do percurso da marcha.

A Corrente Proletária na Educação atuou por meio da distribuição e colagem do Manifesto na universidade, nas assembleias de professores e no programa de rádio comunitária. Propagandeou, assim, a bandeira de que “A emancipação das mulheres será obra da revolução proletária”. E defendeu a unidade dos explorados para enfrentar as reformas antinacionais e antipopulares de Temer e de seus seguidores nos estados e municípios.

## **ORGANIZEMOS A JUVENTUDE DOS BAIRROS OPERÁRIOS**

A partir de março, começará a circular em um bairro operário da Grande Recife o boletim “O Gabiru”, criado por jovens militantes do POR, objetivando a politização e organização da juventude. No primeiro número, teremos a apresentação, um artigo sobre a opressão sobre a mulher, uma denúncia sobre a precariedade da

### **Prefeito só ajeta a fachada do postinho. Lá dentro, faltam médicos e medicamentos**

O sistema de saúde vai de mal a pior. No LOT, o posto de saúde está caindo aos pedaços, a prefeitura só pintou a fachada. Tem gente que vira a noite para conseguir uma ficha de atendimento pela manhã. Dos dois clínicos gerais, apenas uma está ativa. A sala de dentista foi fechada. Faltam medicamentos e insumos. O tratamento para diabetes, por exemplo, é prejudicado tanto pela falta de insulina como agulhas.

Quem pode pagar recorre ao sistema privado, mas nem assim tem garantia de atendimento quando precisa. Uns poucos que têm recursos acionam a via judicial. O que precisamos mesmo é juntar todo mundo para exigir saúde pública, totalmente gratuita. Quando a saúde vira mercadoria, quem não pode pagar morre na fila ou tem a vida abreviada pela falta de tratamento adequado.

A riqueza mal administrada pelo Estado é produzida por nós trabalhadores. Mas não somos nós que decidimos e avaliamos onde deve ser aplicada. Por isso a saúde deveria estar sob o controle coletivo da classe operária, pois são os trabalhadores que sabem de suas necessidades. Defender um único sistema de saúde público, gratuito e sob o controle operário é defender a vida dos trabalhadores e suas famílias.

saúde no bairro e, adotando um ponto de vista internacionalista, uma breve nota sobre a intervenção imperialista na Síria. Uma primeira atividade para convidados será um cine-debate sobre a opressão sofrida pelas mulheres trabalhadoras.

Seguem aqui duas matérias:

### **QUEM SOMOS**

Este é o primeiro número de nosso boletim “O Gabiru”. Mas, porque Gabiru? Enquanto houver miséria e esgoto a céu aberto, os gabirus estarão circulando por nossas ruas e casas. Do mesmo jeito, enquanto este sistema podre continuar se arrastando, com seu rastro de morte, opressão e exploração, nosso boletim estará passando de mão em mão, expressando nosso grito de resistência.

Além de denunciar as questões cotidianas que nos prejudicam, nosso boletim tem lado. Enquanto os meios de comunicação burgueses fingem que são neutros (e espalham suas ideologias) o nosso vai trazer um ponto de vista classista, está do lado dos trabalhadores, da juventude pobre, expressa a política operária.

Nosso intuito não é de apenas informar, mas também de agitação! Sempre apontaremos como os problemas que nos atingem podem ser enfrentados e convidaremos para atividades coletivas. Afinal, “a prática é o critério da verdade” e somente nela a realidade pode ser transformada.

Patrão e politiqueiro nenhum vai defender a gente. Qualquer mudança será feita pelas nossas mãos e pelos métodos de luta históricos dos explorados e oprimidos. Em defesa de melhores condições de vida para nossa classe! Em defesa do direito ao EMPREGO DIGNO para todos! Em defesa de nós, trabalhadoras e trabalhadores!

## **Disciplinas universitárias sobre o Golpe e a luta pela autonomia universitária**

No final do mês de fevereiro, professores da Universidade de Brasília (UnB) decidiram oferecer uma disciplina optativa com o título: **Tópicos especiais de ciência política: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**. O objetivo era o de analisar a realidade dos principais acontecimentos históricos na política brasileira do último período.

Imediatamente, o governo golpista de Michel Temer colocou a disciplina de pós-graduação sob a investigação. Segundo o Ministro da Educação, Mendonça Filho, a Advocacia Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público Federal (MPF) apurariam a improbidade administrativa dos responsáveis pela disciplina.

Esse fato lembrou 1969, quando o governo de ditadura militar implantou o Decreto-Lei nº 477, que controlava as atividades acadêmicas universitárias e punia de forma sumária os

estudantes e professores envolvidos em ações de contestação ao regime. Além disso, o decreto criava a “Assessoria de informação”, ligada diretamente ao Serviço Nacional de Inteligência (SNI), para coibir atividades chamadas de subversivas.

Ainda que a reação atual não tenha ido tão longe - até agora -, é fundamental perceber que o governo de ditadura civil de Michel Temer desfechou mais um ataque à já limitada autonomia universitária, debilitada ainda mais pelos cortes orçamentários, reitores autoritários, interferências diretas dos governos na escolha dos reitores, ataques, repressão e perseguições aos movimentos de estudantes, professores e funcionários, etc.

Em nota oficial, o MEC diz: “(...) que uma instituição respeitada e importante como a Universidade de Brasília adote uma prática de apropriação do bem público para promoção de pensamentos político-partidários, ao criar a disciplina “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, que será ministrado no curso de Ciências

*Políticas da universidade."*

A nota do ministro teve imediatamente ampla repercussão: várias universidades estaduais e federais do país resolveram adotar a disciplina, a exemplo da UFPR, UFBA, UFA, UFCE, UEPB, UEM, UNICAMP e USP.

O discurso de que a educação deve ser neutra é uma cantilena reacionária. Basta ver o controle do empresariado e das igrejas sobre o sistema de ensino. A universidade é uma instituição que serve às necessidades da burguesia. A universidade não é de fato autônoma. A participação estudantil, professores e de funcionários é uma farsa. Não têm nenhum poder real sobre os rumos da produção acadêmica. Para ser livre, a universidade precisa de um governo tripartite, onde estudantes,

funcionários e professores possam decidir sobre os rumos da educação. Só assim poderá haver a liberdade de cátedra e a autonomia universitária real. Só assim ela começará a se converter num instrumento de luta contra o capitalismo.

É necessário que o movimento estudantil, docentes e funcionários rechacem a interferência do Ministério da Educação nas disciplinas da universidade. Somente uma assembleia universitária pode julgar o valor das disciplinas. É nesses momentos que se evidencia a ausência da autonomia universitária. Trata-se, portanto, de não apenas rechaçar a interferência do governo na decisão da UNB, mas organizar a luta pelo controle da universidade pela assembleia universitária e por um governo tripartite, livremente eleito pelos três setores.

## **Defender a USP Pública e Gratuita! Unir nossas forças com a classe operária para derrotar os ataques dos governos e dos capitalistas!**

Você, que acaba de ingressar na universidade, passou por um filtro de exclusão social, que é o vestibular. Por meio dele, cerca de 90% dos estudantes de ensino médio não obtêm acesso ao ensino superior gratuito, que é um direito democrático (ou deveria ser). Enquanto isso, bilhões de reais são destinados a subsidiar o ensino privado, que ainda cobra mensalidades e lucra imensamente. Para se ter uma ideia, basta ver os luxuosos prédios das maiores universidades privadas, que ainda estão se fundindo, formando monopólios e se desnacionalizando. A educação pública no Brasil, se já sofria com orçamentos insuficientes, teve sua situação agravada desde a imposição do "ajuste fiscal", "teto dos gastos", e por aí vai, medidas que são aplicadas desde o governo federal até os governos estaduais e municipais. A coisa tende a piorar diante da reforma da previdência. O governo golpista de Temer encabeça a ofensiva que visa a destinar toda verba pública possível ao sustento do parasitismo financeiro. O que implica a destruição da educação, saúde, direitos sociais. É somente por meio de uma luta unitária, que tem como ponto de partida as necessidades locais, mas se projeta até o nível nacional, que será possível defender as condições básicas de existência, trabalho e estudo da população assalariada. Sabemos que nesse contexto, a classe operária, pela sua relação com a produção social (que lhe dá força diante dos exploradores), é a que pode encabeçar esse movimento. Se na universidade é preciso a total unidade de ação para derrotar a reitoria/governo, essa luta deve se unir à luta geral dos explorados contra os exploradores. Não será pela via eleitoral/institucional/ parlamentar que veremos nossas necessidades atendidas, mas pelos métodos da ação direta. É para essa luta que chamamos todos os ingressantes, que vêm para a universidade no seu momento mais difícil. A defesa da universidade pública e gratuita está em nossas mãos!

### **A Universidade é de classe**

A universidade é de classe, uma vez que se trata de uma estrutura aos interesses da burguesia. É por isso que, em seu interior se processarão, à sua maneira, os conflitos sociais entre as classes antagônicas. De um lado os proprietários e, de outro, os não proprietários dos meios de produção. Evidentemente que a relação entre as classes sociais, assume a forma particular de

opressão, se manifestando por meio da exclusão em larga escala, promovida pelo vestibular. Na camuflagem da exclusão pelo discurso do mérito. Na diferenciação implícita dos cursos de elite e os populares. E, na destruição da permanência estudantil, onde se inclui a destruição da moradia, creches, bolsas, Hospital Universitário, etc.

O que se processa na universidade, por sua vez, é o curso final de uma longa trajetória de descumprimento do direito estrito à educação. O maior índice de exclusão não está às portas do vestibular, mas sim no ensino médio. A maior parte da juventude se vê obrigada a abandonar os estudos para trabalhar ou procurar emprego. Entre as adolescentes, acrescenta-se a esse quadro a gravidez e a dupla jornada em sua decorrência. Aos que estudam, não há garantias de aprendizagem, tamanho é o grau de deterioração em que se encontra o sistema de ensino público no país. A conclusão dos estágios fundamental e médio em condição de analfabetismo ou semi-analfabetismo é a realidade de milhões. A potencialidade intelectual, criativa, motora não são desenvolvidas. Ao contrário, são destruídas pelo confinamento em unidades escolares desfiguradas. Onde os recursos para a prática de ensino são mínimos ao insuficiente ou simplesmente inexistem.

Fogem a essa realidade seletas unidades de ensino privado, onde são educados os filhos da burguesia. Onde não se poupam recursos para estruturar o ambiente de ensino que formará os herdeiros do controle da economia e da política. Entre esses dois extremos há uma fatia gorda de escolas e faculdades privadas destinadas à pequena burguesia. Beneficiam-se com a ruína do sistema público, e por isso a estimulam.

Tal estado de coisas não poderia ser diferente sob uma sociedade de classes, em que a educação segue, necessariamente, os ritmos do desenvolvimento das forças produtivas. Diante do capitalismo que se decompõe, a educação igualmente segue seu curso de degradação. A formação escolar ou universitária rapidamente perde valor na medida em que não pode ser absorvida nas relações produtivas. Os Estados não veem necessidade em destinar recursos para a educação, uma vez que não se avança o nível de tecnologia nas indústrias - os casos distintivos são circunstanciais e pontuais. A profunda crise capitalista destrói massivamente as forças produtivas. São milhares de máquinas para-



das, milhões de postos de trabalhos fechados, além da redução drástica do valor da força de trabalho.

Não há perspectivas de melhora sob o capitalismo em decomposição. Alçar a educação ao patamar universal e libertá-la de sua condição obscurantista e enfadonha – na medida em que se estrutura nas práticas memorísticas e sem aplicabilidade real

***Não há perspectivas de melhora sob o capitalismo em decomposição. Alçar a educação ao patamar universal e libertá-la de sua condição obscurantista e enfadonha – na medida em que se estrutura nas práticas memorísticas e sem aplicabilidade real – somente será possível sob uma outra sociedade, socialista.***

– somente será possível sob uma outra sociedade, *socialista*. A efetivação do direito à educação a todos virá da expropriação, sem indenização dos capitalistas do ensino. Virá da expulsão da casta burocrática do controle das universidades e escolas públicas, passando a constituir um único sistema de ensino sob o controle operário. Vinculando o ensino à produção social, abolindo com isso o ensino decorativo e obscurantista. Uma escola nova será obra de uma nova sociedade.

## Permanência é um direito

A permanência é um direito de modo a garantir o direito a estudar. Não é assistencialismo, como afirma nosso atual reitor – Vahan Agopyan.

Embora seja um direito, a permanência vem sendo constantemente atacada. Somente em 2017, foram 3.832 solicitações por moradia estudantil e somente 165 vagas concedidas. A tendência é que este ano o número de inscrições aumente, devido à aprovação das cotas. Ainda em 2017, a reitoria fechou uma creche (Creche Oeste), fechou o pronto socorro do Hospital Universitário e cortou centenas de bolsas.

No caso particular da moradia estudantil, a reitoria inicia o ano se recusando a abrir os alojamentos. Solicita inúmeros docu-

mentos comprobatórios para a seleção. Os critérios de seleção e a pontuação não são mais divulgados. É sabido que há perfil preferencial (conduta mais conservadora). Há profunda perseguição política aos militantes e ativistas. O fato é que restam poucas vagas nos atuais prédios e as que existem a reitoria se esforça por não liberá-las.

No entanto, desde 2010 a reitoria promete devolver os **Blocos K e L** para moradia estudantil. Tomados durante a ditadura militar para servir temporariamente de sede da própria reitoria. Oito anos se passaram e nem sombra do cumprimento da promessa. Atualmente, tais blocos estão vazios. A estrutura burocrática foi transferida a outro prédio.

A única explicação para a não destinação destes blocos à moradia estudantil é a política elitista da reitoria, como expressa a fala do atual reitor.

A situação da moradia se agrava para as mães ou pais. Atualmente, existem apenas sete apartamentos reservados a quem tem filho. A reitoria inclusive nega às estudantes grávidas a possibilidade de inscrição no processo seletivo à moradia. Para as que já têm filho e queiram pleitear uma vaga na creche, este ano foi reduzido de 40% para 20% o percentual destinado aos estudantes. Muitas das assistentes sociais estimulam as estudantes a deixarem seus filhos com os avós ou a abandonarem os estudos. Somente no CRUSP (Conjunto Residencial da USP), em 2017, havia 15 crianças que precisam de creche e somente conseguiram por meio da mobilização de ocupação da Creche Oeste.

É válido ressaltar que no CRUSP há muitos moradores em situação de irregularidade. Uma vez que a demanda é muito superior ao que é oferecido, os estudantes acabam por morar de maneira precária na sala dos apartamentos, ou dividindo os já minúsculos quartos.

Como se vê, moradia estudantil, creche, bolsas de estudo são necessidades para os estudantes permanecerem na universidade. Não se trata de assistencialismo. Permanência estudantil é um direito que a reitoria tem o dever de assegurar.

## Por um Governo Tripartite

A reitoria é uma casta burocrática a serviço dos interesses privatistas do Estado burguês. A permanência desta burocracia está em franco conflito com as necessidades de quem estuda e trabalha, basta ver os ataques à permanência estudantil, as demissões de milhares de funcionários, a precarização do ensino por meio da falta de professores e estrutura em laboratórios. Enquanto permanecer a reitoria na universidade permanecerá a investida privatizante e o consequente avanço na destruição do caráter público da universidade e da pouca liberdade de ensino e pesquisa que ainda existem. É por isso que essa casta burocrática deve ser varrida da universidade e, em seu lugar, erguido o GOVERNO TRIPARTITE. O controle da universidade passaria para as mãos da maioria (estudantes, funcionários e professores – não vinculados à burocracia). Deixaria de estar subordinado ao Estado burguês e passaria a se subordinar à ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA. Esta Assembleia seria o primeiro poder da universidade, onde se discutiria e decidiria todo o orçamento necessário para a sua manutenção, a ser garantido integralmente pelo Estado, sem ingerência. Aqui alcançaríamos a verdadeira Autonomia Universitária. Autonomia em relação à burguesia e aos seus governos.

**Nesta edição:**

- Colômbia: realizadas as eleições legislativas - *Assimilação das FARC ao eleitoralismo burguês.*
- História do partido bolchevique  
Capítulo 4: 1917 - *Primeira parte*  
**A revolução proletária.**

# Artigos das Seções

## Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



### Reunião do Comitê de Enlace

*Em 11 de março, foi realizada a reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Iniciou-se com a leitura da ata da reunião de 26 de janeiro de 2018, ocorrida no Brasil. Em seguida, passou-se para um balanço da situação mundial, balanço do funcionamento do Comitê de Enlace, Conferência Internacional a ser realizada no segundo semestre e vários outros pontos referentes às seções. Publicamos aqui a síntese conclusiva da discussão sobre a situação mundial. Aprovou-se a redação de um documento a ser divulgado brevemente e que servirá de preparação à Conferência.*

## Balanço da situação mundial

- A. É necessário enfatizar as limitações da circunstancial expansão econômica atual que atravessa a economia mundial. A dimensão da destruição de forças produtivas do período anterior, durante e após a crise recente, não atingiu o volume suficiente para garantir um período relativamente longo de estabilidade e expansão econômica. Os elementos da crise de 2008 continuam presentes e marcam o esgotamento das possibilidades de crescimento relativo abertas após a brutal destruição de forças produtivas que deu com a Segunda Guerra Mundial.
- B. A momentânea recuperação ocorre sobre a base da manutenção das políticas orientadas a precarizar cada vez mais as condições de trabalho, do congelamento salarial, do corte de conquistas sociais, etc., políticas aplicadas pelos governos burgueses, tanto nas metrópoles imperialistas, quanto nos países semicoloniais. Os benefícios da reativação da economia não modificaram essencialmente a situação do proletariado e as massas exploradas no mundo, que se veem constantemente atacadas em suas condições de vida e trabalho.
- C. A política protecionista aplicada pelos Estados Unidos tenciona as relações econômicas internacionais com o resto do mundo e coloca conscientemente o acento na exacerbação da guerra econômica; não que antes não houvesse guerra econômica entre as potências imperialistas, o que agora está acontecendo é que tomou uma

***O governo de Trump NÃO respeita os acordos econômicos dos organismos financeiros do imperialismo, como por exemplo a Organização Mundial do Comércio (OMC). A sua política está orientada a precipitar a quebra das economias dos países semicoloniais e/ou pressionar as outras potências a fazer concessões em benefício da expansão da economia norte-americana. Estas ações vêm acompanhadas pela exacerbação da política belicista do imperialismo.***

forma mais aberta e cínica. O governo de Trump NÃO respeita os acordos econômicos dos organismos financeiros do imperialismo, como por exemplo a Organização Mundial do Comércio (OMC). A sua política está orientada a precipitar a quebra das economias dos países semicoloniais e/ou pressionar as outras potências a fazer concessões em benefício da expansão da economia norte-americana. Estas ações vêm acompanhadas pela exacerbação da política belicista do imperialismo. A guerra na Síria comporta a presença das várias potências emersas na guerra econômica em outros lugares do mundo. O rearmamento e expansão das bases militares norte-americanas acompanham a política “protecionista” de Trump.

D. A restauração capitalista nos ex Estados operários degenerados já deu tudo que podia oferecer como um respiro ao capitalismo em decomposição. Já esgotou todas as suas possibilidades.

E. Em todo mundo, as massas exploradas e o proletariado, em particular, dão sinais claros de que não estão dispostos a aceitar que a burguesia descarregue a crise econômica estrutural sobre suas costas. As massas enfrentam as medidas econômicas dos diferentes governos burgueses com virulência. O fracasso dos governos nacional-reformistas não implica mecanicamente um processo de direitização das massas. As classes médias, que circunstancialmente votam nos candidatos direitistas, depois terminam chocando com a

política burguesa dos governos eleitos, que não têm outro remédio a não ser desfechar golpes brutais sobre aqueles que até a véspera serviram de colchão eleitoral. Os fatos confirmam o prognóstico do Comitê de Enlace no sentido de que a tendência dominante do período é a de agudização da luta de classes, na qual o proletariado é empurrado a ganhar as ruas para evitar ser destruído fisicamente pelas políticas dos governos burgueses direitistas, reformistas ou populistas. O choque entre as relações capitalistas de produção e as forças produtivas se agudiza.

F. As massas lutam apesar das direções que as controlam. A situação de agravamento da crise mundial do pós-guerra e o processo de restauração capitalista expõem, sem atenuantes, a traição histórica do estalinismo e dos reformistas de todo tipo, que passaram de armas e bagagens para os governos burgueses nacionalistas e reformistas. Governos

que executam as medidas anti-operárias, antipopulares e pró imperialistas da burguesia. Ao mesmo tempo que fracassam e se afundam estes governos burgueses, disfarçados de socialistas e populares, se afundam também os estalinistas, os reformistas e todas as variantes do centrismo, que alguma vez se reivindicaram trotskistas. O estalinismo está esgotado como instrumento de contenção das lutas das massas. Nas lutas, se evidencia a crise da direção revolucionária do proletariado, seja pela fragilidade ou por sua ausência. Ao mesmo tempo em que se agudiza a luta de classes, ocorre a quebra política das velhas direções do movimento operário e popular, afundam os governos burgueses tanto os reformistas quanto os de direita e se abre um período favorável para a potenciação das posições do CERQUI. O problema da crise da direção revolucionária se coloca hoje em novos termos.

## Colômbia: realizadas as eleições legislativas

# Assimilação das FARC ao eleitoralismo burguês

Em 11 de março, realizaram-se as eleições legislativas na Colômbia. Sua importância residiu não apenas por serem as primeiras eleições com as FARC desmobilizadas e assimiladas como partido eleitoral, mas fundamentalmente por expressarem as tendências à direitização da política burguesa, que vem se projetando por toda América Latina. É importante assinalar que ganharam força com o golpe de Estado no Brasil e a constituição da ditadura civil de Temer, bem como com a ascensão eleitoral da direita na Argentina. São parte dessa avaliação as eleições gerais que ocorrerão no Brasil e no México, onde as forças da reação interna trabalham para impor o continuísmo.

Dos 102 assentos do Senado em disputa, o Centro Democrático (do ex-presidente Álvaro Uribe) conquistou 19; a Mudança Radical (ultradireita), 16; o Partido Conservador, 15; o Partido Liberal (do presidente Santos), 14; o Partido da Unidade Nacional (liberais), 14; a Aliança Verde, 10; o Polo Democrático, 5; a Decência, 4; o Partido MIRA (evangelistas), 3; o MAIS-Circunscrição Indígena, 2; e as FARC, 5. Enquanto que, das 166 cadeiras da Câmara de deputados, o Centro Democrático obteve 32; a Mudança Radical, 30; o Partido Conservador, 21; o Partido Liberal, 35; o Partido da Unidade Nacional, 25; a Aliança Verde, 9; o Polo Democrático, 2; a Decência, 2; a MIRA, 2; a Opção Cidadã, 2; a Colômbia Justa (igrejas), 1; o MAIS-Circunscrição Indígena, 2; a Circunscrição Afro, 2; e as FARC, 5.

Destaca-se, nessa situação, o fato de que as grandes massas operárias, camponesas e populares deram as costas às eleições. Dos 36.493.318 milhões habilitados, apenas 17.445.129 (48,8%) votaram. O mesmo se observa com o crescimento dos

votos nulos (2.750.301 ou 15,7%) e brancos (1.392.274 ou 8%). Na base dessa massiva rejeição popular das eleições, acham-se a desagregação das instituições estatais e a decomposição social do regime burguês. Para as massas, as eleições são um jogo de cartas marcadas e a negação de suas necessidades mais prementes.

Nesse quadro mais geral, destacou-se particularmente a brutal derrota do Partido Social de Unidade Nacional, do atual presidente Juan Manuel Santos. Trata-se do principal artífice do acordo de Paz. Sua representação no Senado reduziu-se de 21 para 14 senadores e, na Câmara, de 37 para 25 deputados.

***A importância das eleições residiu não apenas por serem as primeiras eleições com as FARC desmobilizadas e assimiladas como partido eleitoral, mas fundamentalmente por expressarem as tendências à direitização da política burguesa, que vem se projetando por toda América Latina.***

Isso explica por que a ascensão eleitoral da direita (Centro Democrático, Mudança Radical e Partido Conservador) e a queda dos liberais (Partido Liberal, Partido da Unidade Nacional), democratas (Aliança Verde, Polo Democrático, Decência, Opção Cidadã) e reformistas (MIRA, MAIS e FARC) espelham um mesmo fenômeno: os reformistas e democratas não apenas perderam eleitores, como não conseguiram mobilizar eleitoralmente as massas.

Embora não conseguissem consolidar uma maioria em nenhuma das duas câmaras, os partidos direitistas poderão condicionar os rumos políticos do próximo governo. O fato de o ex-presidente Álvaro Uribe – o mais acérrimo detrator dos acordos de Paz – ser o candidato mais votado (860 mil votos) e seu partido conquistar 13 senadores a mais em relação a 2014 assinalou que uma grande parcela da classe média assume as posições reacionárias da burguesia.

É o que se observa dos resultados nas seis principais circunscrições eleitorais do país. Nelas, o Centro Democrático obteve 62,65% do total de seus votos e Mudança Radical,



55%. Mas, o avanço da direita está também ligado ao fato dos partidos da ordem burguesa controlar os rumos dos financiamentos das obras e serviços públicos, utilizados fartamente como moeda de troca pelos votos. E a sua estreita ligação com as redes do narcotráfico, que controlam bairros e cidades inteiras e, desse modo, circunscrições eleitorais decisivas para definirem os candidatos.

No entanto, o aspeto decisivo das eleições foi que, pela primeira vez, se realizaram no marco da dissolução da guerrilha das FARC e sua transformação em partido político. Entretanto, ainda estava por se comprovar o quanto estas podiam servir de canal eleitoral às massas. As FARC inscreveram seus candidatos nas regiões mais populosas e disputaram a base eleitoral dos partidos burgueses e reformistas (Bogotá, Antioquia, Vale do Cauca, Atlântico e Santander), em detrimento de áreas onde contavam com sua histórica base social de origem camponesa. Devia ser parte da avaliação da direção de que somente se ganhassem as parcelas do eleitorado mais ativo, que se encontram quase que exclusivamente entre a classe média urbana, poderiam erguer a Força Alternativa Revolucionária do Comum como partido de grande peso eleitoral.

Ocorre, porém, que a classe média urbana é historicamente adversária aos objetivos e métodos da guerrilha. Isso explica, em grande parte, porque as FARC amargaram uma brutal derrota, conquistando tão somente 52.112 votos (0,34%) para o Senado e 32.429 votos (0,22%), para a Câmara. O fato de contar com 5 senadores e 5 deputados por oito anos, garantidos pelos acordos de Paz, mostra o quanto são impotentes para mudarem os rumos da política burguesa, dominada pelos interesses oligárquicos e mafiosos que permeiam o Estado.

O essencial da constatação acima descrita está em que o resultado eleitoral das FARC mostrou o quanto se afastaram do campesinato pobre e do operariado. A maciça abstenção, os votos nulos e brancos exemplificam como as FARC não conseguiram atrair eleitoralmente a maioria nacional oprimida, nem expressar politicamente suas lutas.

Está aí a explicação de como a integração das FARC ao eleitoralismo se deu na contramão das tendências da luta de classes. No último período, eclodiram massivas e radicalizadas greves operárias e camponesas, indicando que as massas colombianas não ficariam passivas perante os ataques contra suas condições de vida. Mas, também se realizou na contramão das tendências à centralização autoritária e à permanência do terrorismo do Estado e paraestatal.

Se observarmos que houve 90 assassinatos de lideranças sociais e representantes de comunidades camponesas, desde a aprovação do acordo de Paz, em agosto de 2016, e que mais de 196 foram assassinados, desde o começo desse mesmo ano, constatamos que a integração das FARC à democracia

burguesa não suprime as bases materiais e sociais dos choques entre as classes no país. Nem freará a violência reacionária que está na base da política do Estado, para controlar e esmagar as massas oprimidas.

O fundamental da situação política no país reside em que tanto a derrota eleitoral das FARC, quanto o avanço da direita, espelham o ciclo político de direitização da política bur-



*O essencial da constatação acima descrita está em que o resultado eleitoral das FARC mostrou o quanto se afastaram do campesinato pobre e do operariado. A maciça abstenção, os votos nulos e brancos exemplificam como as FARC não conseguiram atrair eleitoralmente a maioria nacional oprimida, nem expressar politicamente suas lutas. Está aí a explicação de como a integração das FARC ao eleitoralismo se deu na contramão das tendências da luta de classes.*

guesa e de desagregação dos governos nacionalistas, que se projetou por toda América Latina no último período, ainda que ajustado às particularidades históricas nacionais. Expressa, em última instância, que, apesar do avanço da luta operária e popular, as massas não conseguem erguer um programa próprio para a crise, uma vez que não acham à sua frente um partido revolucionário.

A tarefa colocada é a de avançar o reagrupamento das forças revolucionárias no país, sob o programa da revolução e ditadura proletárias. Somente assim a luta das massas, na Colômbia, poderá se projetar como parte indissolúvel da luta das massas oprimidas do continente. O programa dos Estados Unidos da América Latina é a bandeira sob a qual avançarão na tarefa de destruir o capitalismo putrefato e de unificar as nações oprimidas na base dos governos operários e camponeses. É dando passos firmes nesse caminho que se derrotará a ofensiva das burguesias latino-americanas contra a vida dos explorados, abrindo uma via revolucionária à ação das massas.

O Comitê de Enlace trabalha em ajudar as massas e a vanguarda assimilarem as lições da derrota histórica da guerrilha desligada da luta pela conformação do proletariado como classe independente. O fundamental está em compreender que, sem constituir o partido marxista-leninista-trotskista, a luta da maioria oprimida não sairá dos limites do capitalismo.

## História do partido bolchevique Capítulo 4: 1917

Primeira parte

### A revolução proletária

Como em anos anteriores havia se definido a possibilidade da socialdemocracia participar de um governo provisório revolucionário, a **segunda carta**, “**O governo novo e o proletariado**”, se concentrou em analisar quais eram as condições para isso. Neste sentido, reivindicava a resolução de outubro de 1915, segundo a qual “os socialdemocratas podem aceitar participar em um governo provisório revolucionário, junto com a pequena burguesia democrática, mas **não com** os revolucionários chauvinistas. Consideramos revolucionários chauvinistas aqueles que querem derrubar o czarismo para vencer a Alemanha, para espoliar outros países, para afirmar a dominação dos grã-russos sobre os outros povos da Rússia, etc. A base do chauvinismo revolucionário é a situação de classe da pequena burguesia. Vacila sempre entre a burguesia e o proletariado. Agora vacila entre o chauvinismo e o internacionalismo proletário. ... Se os revolucionários chauvinistas triunfassem na Rússia, estaríamos contra a defesa da *sua* ‘pátria’ na guerra atual. Nossa consigna é: contra os chauvinistas, ainda que sejam revolucionários e republicanos, *contra eles e pela* aliança do proletariado internacional, objetivando a revolução socialista”.



***Os sovietes “devem ser considerados como órgãos da insurreição, como os órgãos do poder revolucionário .... Necessitamos de um governo revolucionário, necessitamos (durante um certo período de transição) de um Estado ...***

Por outro lado, começou o combate às posições vacilantes e de apoio ao governo provisório, adotado pelo Comitê Executivo dos deputados operários e soldados de Petrogrado (que funcionava como um comitê executivo da Rússia até a realização do primeiro Congresso de todos os sovietes). Lênin defende, neste manifesto, que coexistiam “duas ideias



políticas e duas consignas que correspondiam a elas”. De um lado “que todos os democratas devem apoiar o novo governo”, e de outro, a criação de um comitê especial “encarregado de supervisionar a atividade do governo provisório”.

Lênin sustentava que a escolha de Kerensky e o chamado a apoiar o novo governo são um “exemplo clássico de traição à causa da revolução e à causa do proletariado”, indicando que o único caminho para combater a reação é “*organizar, ampliar e fortalecer uma milícia proletária, armar o povo sob a direção dos operários*”.

Concordava com a ideia de constituir um comitê supervisor, advertindo, porém, que não devia se limitar a ser uma instituição parlamentar que “formule perguntas” ao governo, mas que devia voltar-se imediatamente a “*organizar uma milícia operária ou uma guarda operária interna da qual participem efetivamente todo o povo, todos os homens e mulheres. Que não apenas substitua a polícia liquidada e dispersa, que não apenas impossibilite o restabelecimento desta por nenhum governo monárquico constitucional ou republicano democrático, tanto em Petersburgo, como em qualquer outro lugar da Rússia*”.

Na **terceira carta**, “**A propósito de uma milícia proletária**”, Lênin sustentava que ainda não havia condições para derrubar o novo governo e manter o poder na medida em que era necessário opor à “grandiosa organização de toda a burguesia russa e de toda a intelectualidade burguesa, uma não menos grandiosa *organização do proletariado*, que deverá dirigir a imensa massa de pobres da cidade e do campo, o semiproletariado e os pequenos proprietários”. Concluía que a tarefa era criar sovietes em todos os lugares da Rússia sem exceção para todos os sindicatos e todas as camadas da população proletária e semiproletárias sem exceção, isto é, para todos os trabalhadores e todos os explorados para utilizar um conceito menos exato do ponto de vista da economia, porém mais popular”.

Os sovietes “devem ser considerados como órgãos da in-



surreição, como os órgãos do poder revolucionário .... Precisamos de um *governo* revolucionário, precisamos (durante um certo período de transição) de um Estado ... Porém, não o tipo de Estado que foi criado pela burguesia em todas as partes ... não do tipo de que necessita a burguesia, com organismos de governo - na forma de polícia, exército e burocracia - separados do povo e contra ele. Todas as revoluções burguesas limitaram-se a aperfeiçoar essa máquina do Estado, a transferi-la simplesmente das mãos de um partido para as de outro". A tarefa do proletariado é "'destruir' essa máquina de Estado 'pré-fabricada' e substituí-la por uma nova, fundindo a polícia, o exército e a burocracia com *todo o povo armado*".

Diante da liquidação e dispersão das forças policiais em muitos lugares da Rússia e as tentativas do governo de restabelecê-las como uma organização especial de homens armados sob as ordens da burguesia, Lênin defendia a necessidade de trabalhar pela criação de uma milícia, que abarcasse o povo inteiro, autenticamente universal, formada pelos cidadãos adultos de ambos os sexos, dirigida pelo proletariado.

Defendia que uma milícia desse tipo seria o organismo executivo dos soviets, transformando "a democracia, de um bonito rótulo que oculta a escravização e tormento do povo pelos capitalistas, em um meio de verdadeira *educação das massas*, para que participem em *todos* os assuntos do Estado".

Insistia, reiteradamente, sobre a necessidade de incorporar as mulheres às funções públicas, à milícia e à vida política, considerando que "se não se arranca as mulheres do ambiente embrutecedor do lar e da cozinha, será *impossível* assegurar a verdadeira liberdade, será *impossível* inclusive construir a democracia, sem falar do socialismo".

Na **quarta carta**, "**Como conquistar a paz**", definia com precisão o programa dos bolcheviques para garantir a paz quando os soviets tomassem o poder: 1) declarar que não está comprometido com nenhum tratado assinado, nem pela monarquia czarista, nem pelos governos burgueses; 2) publicação imediata de todos os tratados para denunciar a infâmia dos objetivos de rapina perseguidos pela monarquia czarista e por todos os governos burgueses, sem exceção; 3) convocação imediata e aberta a todas as potências beligerantes para negociar sem delonga um armistício; 4) divulgar imediatamente a todo o povo nossas condições de paz, as condições de paz dos operários e dos camponeses: a) libertação de todas as colônias; b) libertação de todas as nações dependentes e oprimidas ou em condições de inferioridade; 5) chamar os operários de todos os países a não confiarem na burguesia e a tomarem o poder; 6) declarar que os ope-



***Diante da liquidação e dispersão das forças policiais em muitos lugares da Rússia e as tentativas do governo de restabelecê-las como uma organização especial de homens armados sob as ordens da burguesia, Lênin defendia a necessidade de trabalhar pela criação de uma milícia, que abarcasse o povo inteiro, autenticamente universal, formada pelos cidadãos adultos de ambos os sexos, dirigida pelo proletariado.***

rários e camponeses se negam a pagar as dívidas contraídas pela guerra criminosa.

Em Zurique, em 31 de março de 1917, se assinou a resolução do Comitê Central do POSDR no exterior para voltar à Rússia via Alemanha. Lênin chegou a Petrogrado na noite de segunda-feira, 3 de abril, do velho calendário, e no dia seguinte, expôs as famosas "Teses de Abril", que definiriam a linha política do partido no curso da revolução.

(Extraído do *Jornal Massas*, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, nº 334, janeiro de 1918)

## R\$5



**100 anos  
da Revolução  
Russa**

**Como fizemos  
a revolução**

Leon Trotsky

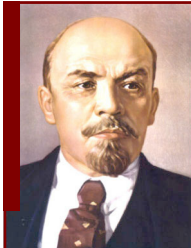
**Adquira  
com o  
distribuidor  
de Massas:**



**POR** Partido Operário Revolucionário

**MASSAS**





## Apontamentos sobre a História do Bolchevismo

# Levante revolucionário e a convocação do III Congresso

A criação do Jornal Vperiod evidenciou a convicção de Lênin de que era preciso organizar os bolcheviques, tendo em vista a impossibilidade dos mencheviques admitirem a constituição do partido centralizado e regido pelo programa. Nesse mesmo sentido, Lênin e seus camaradas criaram um Comitê de Organização, objetivando a convocação do III Congresso ordinário do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia. Em um comunicado escrito em meados de dezembro de 1904, explica: *“A grave crise pela qual nosso partido atravessa, e que já vem se prolongando há mais de um ano e meio, desde o II Congresso, chegou a seu resultado inevitável e amplamente previsto – a total ruptura das instituições centrais com o partido”*.

Lênin diz que não pretende recapitular no comunicado “a dolorosa história da crise”. A situação estava suficientemente clara. O divisionismo levado a cabo pelos mencheviques prejudicava sensivelmente a luta dos revolucionários diante dos levantes operários contra a autocracia. Nas palavras de Lênin: *“Todos os socialdemocratas que trabalham na Rússia sabem perfeitamente que tremendo dano tem causado a divisão de nosso partido quanto à organização e à coesão das forças do proletariado, que prejuízo incalculável sofreu o trabalho de propaganda, agitação e unificação dos operários na Rússia, devido à deletéria influência exercida pelo espírito de círculo no estrangeiro”*.

Estava claro em seu entendimento que, se não era possível romper esse “espírito de círculo no estrangeiro”, era possível superá-lo na Rússia. Essa era a via perseguida pela realização do III Congresso. O comunicado exalta a militância a combater o boicote dos mencheviques. Em defesa da unificação dos socialdemocratas russos, Lênin lançou as bandeiras: *“Viva a socialdemocracia revolucionária russa!”* *“Viva a socialdemocracia revolucionária internacional”*. O comunicado estabelece sete condições da convocação do Congresso. Determina que comitês e organizações tivessem o direito à delegação com voz e voto. No caso de divergência quanto à delegação, o próprio III Congresso decidiria. Frisa a importância da participação de toda militância que se reivindica da socialdemocracia.

Vemos que Lênin vincula a necessidade do III Congresso com as alterações na luta de classes em fins de 1904. No final de janeiro de 1905, redigiu um manifesto denominado *“Começo da revolução na Rússia”*. Analisou o momento da seguinte maneira: *“A revolução se estende. O governo começa a inquietar-se. Procura passar da política de sangrentas represálias à de concessões econômicas, e sair do impasse com esmolas ou com a promessa da jornada de 9 horas. Mas a lição do Domingo Sangrento não poderá ser esquecida (...)”*. À matança de 9 de janeiro (Domingo Sangrento), emergiu a tarefa de derrubar o governo czarista.

Lênin expressou o momento convulsivo com a bandeira

*“Viva o proletariado revolucionário”* e explicou seu conteúdo: *“A greve geral coloca em pé e mobiliza a massa de operários e de pobres da cidade cada vez mais amplamente. Armar o povo se tornou uma das tarefas mais urgentes do momento revolucionário”*. Estabeleceu a tática da independência de classe do proletariado e da frente única durante a insurreição com os representantes da democracia burguesa e frisou a importância decisiva da estratégia: *“O proletariado deve seguir sempre seu caminho independente, estreitamente unido ao partido socialdemocrata, sem perder de vista sua grandiosa meta final, que é emancipar toda a humanidade de qualquer tipo de exploração”*.

No início de março, Lênin orientou o partido por meio de um chamado à militância no artigo *“Novas tarefas e novas forças”*. Acentuou a importância do trabalho partidário no seio das massas: *“Quanto mais se estende o movimento popular, mais se evidencia a verdadeira natureza das diversas classes, mais necessária se torna a tarefa do partido de guiar a classe, de ser seu organizador, em vez de marchar por trás dos acontecimentos”*. Está claro nessa passagem a preocupação de Lênin quanto à capacidade da socialdemocracia russa em se colocar à frente dos levantes. É nesse momento insurrecional que os revolucionários são testados. Diz Lênin: *“Não se deve esquecer que nossa finalidade ‘doutrinária’ do marxismo se vê agora fortalecida pela marcha dos acontecimentos revolucionários, que proporciona às massas lições concretas em toda a parte e que todas essas lições confirmam nossa doutrina”*. O que mudava em meio aos combates era a exigência *“de novos métodos de ensino da doutrina, que um socialdemocrata jamais, em nenhuma circunstância, deve esquecer. Falamos da importância que é agora aproveitar os ensinamentos concretos dos grandes acontecimentos revolucionários para chegar, não apenas aos círculos, mas às massas nossas velhas lições doutrinárias (...)”*.

Essa nova circunstância da luta de classes exigiu total atenção de Lênin. No final de março e início de abril, Lênin retomou a questão do III Congresso. Divulgou uma espécie de carta *“Ao Partido”*: *“Camaradas, vocês sabem o quanto grave é a crise pela qual atravessa nosso partido há mais de um ano e meio. Os organismos centrais de nosso partido, com sede no estrangeiro, a Redação do Órgão Central e o Conselho do Partido, se acham desde o II congresso, como resultado de uma série de lamentáveis acontecimentos nas mãos de partidários da minoria do congresso do partido”*.

Como se vê, Lênin estava obrigado a lembrar à militância que se encontra profundamente envolvida na luta revolucionária que os mencheviques (minoridade no II congresso) acabaram por romper a organicidade partidária, tomando conta dos principais órgãos de direção. Essa situação não poderia mais perdurar e somente o III congresso poderia dar a solução.

*(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomos VII e VII, Akal Editor)*